



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Ciência Política

LUÍZA DE BARROS BRAGA

O GIGANTE VOLTOU A DORMIR?

Uma análise dos impactos das Jornadas de Junho na participação política

Brasília

2014

LUÍZA DE BARROS BRAGA

O GIGANTE VOLTOU A DORMIR?

Uma análise dos impactos das Jornadas de Junho na participação política

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de Brasília,
como requisito parcial para obtenção do
título de Bachelarel em Ciência Política.

Orientadora: Prof. Dra. Marisa von Bülow

Brasília

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: Braga, Luíza de Barros

Título: O Gigante Voltou a Dormir? Uma análise dos impactos das Jornadas de Junho na participação política

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bachelar em Ciência Política.

Orientadora: Prof. Dra. Marisa von Bülow

Aprovada em 09 de Dezembro de 2014

Prof. Dra. Marisa von Bülow (IPOL – UnB)

Prof. Dra. Débora Rezende de Almeida (IPOL – Unb)

À Fábria Barros e Matuzalém, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, por todo o apoio e força que me deram nestes quatro anos e meio de graduação, por sempre estarem ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço à Mayra, minha namorada, por todo o incentivo que me deu nesses últimos três anos, não permitindo que eu fracassasse ou desistisse no meio do caminho, além de toda a paciência que teve comigo neste processo.

Agradeço aos amigos Patrícia de Sousa, Bruna Brandão, Pedro Barros, Caio Oliveira, Fernanda Marangoni, Caroline Alencar e Andressa Nervino por estes anos em que compartilhamos a grande experiência da graduação. O meu mais sincero “obrigada” à cada um de vocês.

Agradeço ao Fábio, da secretaria do IPOL, por todos os problemas que resolveu para mim e pela paciência em resolvê-los, principalmente nos períodos de matrícula nas disciplinas.

Agradeço, por último, mas não menos importante, à minha orientadora, Marisa, por todo o apoio e incentivo neste um ano de desenvolvimento da monografia, por todos os conselhos e pela paciência.

*“Disciplina é liberdade. Compaixão é
fortaleza. Ter bondade é ter coragem”.*

Renato Russo

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo traçar uma correspondência entre a participação em protestos e a participação política. Para o estudo, as Jornadas de Junho serviram como referência de tempo e espaço. Para entender a importância da participação política online para a participação em protestos e manifestações, e vice-versa, foi preciso, primeiramente, identificar a relação entre internet e política no mundo em que vivemos, em segundo lugar, traçar uma explanação sobre os “novos movimentos sociais em rede” e, por fim, fazer uma reflexão sobre a participação política online e a importância do ativismo online. A análise se baseou nos dados de um websurvey para coletar as opiniões dos indivíduos. O questionário aplicado teve como objetivo identificar o perfil dos respondentes, identificar sua participação política no período anterior às manifestações, identificar sua participação política no período posterior às manifestações e identificar sua opinião quando aos meios de participação política online, principalmente através das redes sociais virtuais. Um dos principais achados é de que não podemos traçar uma linha contínua entre a participação política online e participação em protestos, uma vez que foi identificado que aqueles que, em maioria, participaram das manifestações de Junho e apresentaram maior participação depois, são os mesmos que participavam de manifestações e protestos antes das Jornadas de Junho – mesmo que a maioria dos respondentes da pesquisa tenha afirmado que passou a participar mais da vida política do país. A pesquisa também mostrou a fraca participação dos respondentes em movimentos organizados, independente do período em questão. Dessa forma, é preciso trazer ao debate as novas formas de participação política online como meio para suprir a falta de representatividade que pode existir para a maioria da população.

Palavras chaves: Participação Política Online, Jornadas de Junho, Participação em protestos, Ativismo online.

ABSTRACT

This paper aims to draw a correspondence between participation in protests and political participation. For the study, the June Protests were a reference in time and space. To understand the importance of online political participation for participation in protests and demonstrations, and vice versa, it was necessary to first identify the relationship between Internet and politics in the world we live in. Secondly, to draw an explanation of the "new social movements in network "and, finally, to reflect on political participation and the importance of online activism. The analysis was based on data from a websurvey to collect the opinions of individuals. The questionnaire aimed to identify the profile of the respondents to identify their political participation in the period prior to the protests, identify their political participation in the period after the protests and identify your opinion about what the online political participation means, mainly through virtual social networks. One of the main findings is that we can't draw a continuous line between the online political participation and participation in protests since it was identified that those who, in the majority, took part in June protests and had higher participation then, are the same that participated in demonstrations and protests before the June protests - even that most of survey respondents had asserted that started participate more of the country political life. The survey also showed low participation of respondents in organized movements, regardless of the period in question. Thus, it is necessary to bring the debate new forms of online political participation as a means to address the lack of representativeness that may exist for the majority of the population.

Keywords: Online Participation Policy, June Protests, participation in protests, online activism.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1.1 O Contexto da pesquisa | 12 |
| 1.2 Sobre a pesquisa | 14 |
| 2. INTERNET, REDES SOCIAIS VIRTUAIS E A SOCIEDADE CIVIL..... | 16 |
| 2.1 Internet e Política | 17 |
| 2.2 Os novos movimentos sociais em rede | 22 |
| 2.3 A participação online | 27 |
| 3. OS PROTESTOS NO BRASIL | 34 |
| Como tudo começou e acabou | 36 |
| Quem eram e o que queriam | 38 |
| Quais foram os resultados | 39 |
| 3.1 A importância do Facebook para as Manifestações brasileiras | 41 |
| 4. ASPECTOS METODOLÓGICOS | 45 |
| 4.1 O desenvolvimento metodológico | 46 |
| 4.2 A coleta de dados | 47 |
| 4.3 Pesquisas online..... | 47 |
| 4.4 A pesquisa online aplicada e o Questionário..... | 48 |
| 4.5 Os resultados | 50 |

| | |
|---|----|
| 4.6 Principais Achados..... | 62 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 66 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 69 |
| 7. ANEXOS | 75 |
| Anexo 1 – Questionário Aplicado | 76 |
| I – Modelo da página online do questionário..... | 76 |
| II – Questionário Aplicado..... | 77 |
| Anexo 2 – Resultados da pesquisa | 79 |
| I – Bloco: Perfil..... | 79 |
| II – Bloco: Perfil político e participativo antes das manifestações | 80 |
| III – Bloco: Perfil político e participativo depois das manifestações | 80 |
| IV - Bloco: Opinião e utilização dos meios de participação online | 82 |
| Anexo 3 – Pesquisa IBOPE “Levante Popular” | 84 |
| Anexo 4 – Pesquisa G1 “Resultados das manifestações de Junho” | 85 |

INTRODUÇÃO

1.1 O Contexto da Pesquisa

Em 2013 uma série de manifestações surpreenderam políticos, acadêmicos e a sociedade brasileira. Como argumenta Amaral (2013), as irrupções sociais não conhecem sismógrafos capazes de antecipá-las, e diz: “historiadores tentam recompor os fatos, mas não logram construir mais do que uma versão. Sociólogos e quejandos, profetas do pretérito, tentam explicar os fatos vencidos” (AMARAL, 2013: 8).

As manifestações que começaram ainda em março de 2013 na cidade de Porto Alegre, foram crescendo gradativamente até junho, quando explodiram por todo o Brasil e chegaram a reunir, no dia 20 de junho, 1,4 milhão de pessoas em mais de 130 cidades brasileiras¹.

No mundo online, a hashtag “#Ogiganteacordou” foi uma das mais utilizadas no Facebook e no Twitter durante os meses de junho e julho. A inspiração veio de um trecho do hino nacional “Gigante pela própria natureza” e de uma propaganda televisiva da marca de whisky Johnnie Walker que trazia a frase “O gigante não está mais adormecido”. Outra hashtag muito utilizada nas redes sociais online foi a “#Vemprarua”, trazida de uma propaganda da marca de carros FIAT. De toda forma, as hashtags e outros “gritos” viralizados no mundo virtual pretendiam indicar que o povo brasileiro tinha acordado, e agora iria para as ruas reivindicar seus direitos.

A faísca que originou as enormes manifestações de junho foi a violência que os manifestantes do Movimento Passe Livre de São Paulo haviam sofrido no começo deste mesmo mês, e que foi amplamente divulgada pela mídia².

Reivindicando as mais diversas pautas, de demandas específicas às mais gerais, desde o fim da corrupção ao fim da “cura gay”, os manifestantes se uniram em um movimento que

¹ G1. “*Resultados das Manifestações de Junho*”. Edição de Leo Aragão e Gustavo Miller. Reportagem de Ana Carolina Moreno. Design de Dalton Soares, Daniel Rocha e Elvis Martuchelli. Desenvolvedores Rafael Soares e Thiago Bittencourt. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&sqi=2&ved=0C DYQFjAD&url=http%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Fbrasil%2Flinha-tempo-manifestacoes-2013%2Fplatb%2F&ei=TilIVP39EK3ksASmmoHYCA&usq=AFQjCNHyB2KzIJ_reo27-S2CRifSXDfi3w&sig2=JMcCMijAfiFLfteOKvbylw&bvm=bv.77880786,d.eXY> Acesso em 21 de Outubro de 2014.

² MOREIRA;SANTIAGO, 2013: 13.

não reconheceu lideranças e muito menos partidos políticos, reunindo famílias inteiras e jovens nas ruas, que em sua maioria não se identificavam com partidos políticos nem faziam parte de movimentos sociais³.

Com base nos dados das pesquisas realizadas pelo IBOPE⁴ e pela revista Folha de São Paulo⁵ foi possível conhecer os manifestantes, quem eram e o que queriam. Artigos publicados online (CHAUÍ, 2013; SINGER, 2013; FERNANDES, 2013) trouxeram reflexões sobre os protestos de 2013 e realizaram um esforço para entender o que havia acontecido naqueles meses. Entretanto, pouco se fala dos resultados das manifestações e o que aquele movimento significou para o Brasil.

No Brasil, assim como em outros movimentos que aconteceram ao redor do mundo, a internet e principalmente a rede social Facebook teve um papel crucial para a constituição do movimento.

Reconheço que ainda é muito cedo para falar sobre os efeitos do que aconteceu em Junho de 2013 para a política e para a sociedade brasileira, considerando que estamos a apenas um ano dos acontecimentos. Portanto, não se pode ainda falar dos impactos de longo prazo. Mas, a curto prazo, é possível realizar uma análise dos efeitos na atuação política dos manifestantes e não manifestantes.

Levando isto em consideração, este estudo visa identificar os impactos da participação nos protestos na atuação política de indivíduos, no período subsequente às manifestações. De forma mais geral, debate o que é participação política no mundo de hoje. Decerto, não podemos mais ver a participação política como o que ocorre apenas nos governos ou nos movimentos organizados ou pelo ato de votar. O mundo virtual também traz oportunidades para a participação ativa dos cidadãos – o “cyberativismo”.

Para isto, buscou-se conhecer, primeiramente, através da literatura, a relação entre internet e política e como um vem influenciando o outro. Num segundo momento, discute-se

³ IBOPE. “*Levante Popular*”, infográfico, 2013 Disponível em <<http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/Infograficos/Paginas/Levante-Popular.aspx>> Acesso em 29 de Outubro de 2014 e FOLHA DE SÃO PAULO. “Veja as reivindicações levadas às ruas durante as manifestações”, 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298127-veja-as-reivindicacoes-levadas-as-ruas-durante-manifestacoes.shtml>> Acesso em 29 de Outubro de 2014.

⁴ ibidem

⁵ ibidem

os “novos movimentos sociais em rede”, termo proposto por Castells (2009), e que se assemelha em muitos aspectos ao movimento que ocorreu no Brasil. Num terceiro momento, traz-se ao debate a participação online, bem como seus desafios e avanços no mundo contemporâneo. O ativismo online tem ganhado força e visibilidade com o avanço das tecnologias da informação e com os “novos movimentos sociais em rede”. Destaca-se o papel do ativismo transmídia, que surgiu como uma opção além da mídia tradicional, criticada pelos atores do ativismo online.

Por fim, foi realizada uma explanação dos protestos que aconteceram no Brasil, através das pesquisas realizadas pelo IBOPE e pela Folha de São Paulo, além das notícias reportadas no site dos jornais G1, Correio Braziliense e Folha de São Paulo. Além de um debate sobre a importância da rede social online Facebook para o movimento de junho no Brasil.

A discussão teórica realizada neste trabalho tem como foco apresentar a relação existente entre a internet e a política, apresentar como os movimentos sociais estão fazendo uso da internet para comunicação e mobilização e apresentar algumas formas de participação online, visto que foram de suma importância nas manifestações de 2013.

1.2 Sobre a pesquisa

O objeto de estudo desta pesquisa é a relação entre participação política e participação em protestos, principalmente nos de larga escala como o que ocorreu no Brasil em junho de 2013. As Jornadas tiveram muita repercussão não só nacional, mas também internacionalmente, e dividem opiniões quanto à importância do movimento. Portanto, o objetivo que guia esta pesquisa é identificar se após as manifestações de junho de 2013 a atuação política sofreu alguma alteração. Mais especificamente, esse estudo busca (i) analisar se após as manifestações as pessoas começaram a participar mais de movimentos organizados, (ii) analisar se após as manifestações a participação política, principalmente no mundo virtual, aumentou, (iii) analisar se os entrevistados traçam alguma relação entre participação política e engajamento político.

Para isto, foram coletados quatro tipos de dados empíricos, por meio do Websurvey. O primeiro deles é o perfil dos manifestantes, sendo possível comparar com o dos que não estavam presentes nas manifestações. O segundo conjunto de dados busca identificar sua atuação política no período anterior aos protestos. O terceiro é identificar a atuação política da população no período subsequente às manifestações, sendo então possível comparar os

períodos citados. Por fim, o quarto é referente à opinião sobre a participação online, suas preferências e o que concorda e discorda quanto ao assunto, principalmente quando envolve as redes sociais virtuais.

A pesquisa foi feita online, uma vez que este meio é capaz de atingir mais pessoas em menos tempo e requer menos recursos financeiros. A plataforma utilizada foi a “SurveyMonkey”, e os questionários ficaram disponíveis do dia 17 de setembro a 12 de outubro. Neste período 199 respondentes participaram da pesquisa online, divulgada através da rede social Facebook e por lista de email pessoal.

Este é um estudo exploratório, e reconhece-se que não é possível realizar generalizações com os resultados, mesmo que os resultados encontrados tenham sido semelhantes ao de pesquisas maiores, como a realizada pelo IBOPE e que pode ser conferida – completa – nos anexos. Não houve aqui a pretensão de realizar uma análise estatística, este seria o passo seguinte da análise, mas não houve tempo para a realização desta etapa.

**A INTERNET, AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS E
A SOCIEDADE CIVIL.**

2.1 Internet e Política

A internet “é uma tecnologia, como o telégrafo sem fio, ou o supercolisor de partículas, ou pinças ou o moedor de carne. É simplesmente tecnologia.” (DERY, 2013).

Entretanto, Dery (2013) diz que ao mesmo tempo não é simples tecnologia, porque representa uma quebra de simetria com outras ferramentas. “O que faz a internet diferente é que ela é uma extensão da mente” (DERY, 2013). E por isso, Dery (2013) afirma que, assim como o computador, é um extraordinário motor para a mudança social.

Castells (2005), por sua vez, afirma que a tecnologia não determina a sociedade, ela é a sociedade:

A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia (CASTELLS, 2005: 17)

Já Ellison e Boyd (2013) nos trazem que o sistema global de computadores em rede, servidores e roteadores, conhecidos como a Internet, transformou muitos aspectos da sociedade moderna e das interações sociais. Por exemplo, a distribuição online de bens e serviços tem influenciado quase todos os setores e tem transformado radicalmente outros muitos. Junto com o desenvolvimento tecnológico orientado para o e-commerce, tem havido um aumento no que tem sido chamado, de acordo com os autores, de “mídia social”.

Para Ellison e Boyd (2013), um dos desenvolvimentos mais significativos ligados à mídia social é a ascensão de sites de redes sociais, como o Facebook, MySpace e Google Plus e outras. Apesar de sites dessa natureza terem surgido por volta de 1997, eles ganharam mais significado como fenômeno em 2003, quando o Friendster atraiu a atenção da mídia de massa.

Tudo isso tem se desenvolvido em um mundo dominado pelo que os teóricos chamam de Web 2.0. Chadwick e Howard (2010) afirmam que O'Reilly é considerado como o primeiro a cunhar publicamente o termo Web 2.0 em 2003. Esta abordagem focada na tecnologia define sete princípios chave, alguns mais relevantes para a política que outros, e alguns que exigem trabalho teórico extra para torna-los passíveis de investigação nas ciências sociais. São eles: 1. A internet como uma plataforma para o discurso político; 2. A emergente inteligência coletiva do uso da internet para a política; 3. A importância dos dados sobre determinado software ou aplicações de hardware; 4. Experimentalismo no domínio público; 5.

A criação de formas de pequena escala de engajamento político através do consumismo; 6. A propagação de conteúdo político sobre várias aplicações e por último, 7. As ricas experiências dos usuários em sites políticos.

De todo jeito, a internet tem sido um meio de comunicação crescente, possibilitando comunicações transversais, reduzindo distâncias a quase zero, e conectando milhares de pessoas ao redor do mundo.

De acordo com Stabile (2012: 32), a internet foi desenvolvida para ser uma rede descentralizada. Teria a utilidade militar de manter toda uma rede de comunicação funcionando, mesmo se um ponto específico não funcionasse mais. Desde sua origem, a internet é capaz de descentralizar os fluxos de informação, e a possibilidade dessa descentralização fez com que cada ponto de acesso não fosse somente um receptor, como a televisão, mas que também pudesse ser um produtor.

Castells (2009, apud STABILE, 2012) afirma que a internet anunciou o fim do editor, um ator fundamental na construção da comunicação, sem a mediação controlando o que será produzido e comunicado.

Para Stabile (2012) toda uma nova geração está se formando na perspectiva de não mediação e descentralização. Os impactos sociais irão além da comunicação informacional, eles atingirão a produção do conhecimento, a indústria de entretenimento, a educação e a política, principalmente.

É neste mundo online que as redes sociais virtuais têm crescido e ganhado importância. Seu potencial em estabelecer relações cada vez mais fáceis e rápidas tem chamado a atenção de empresas, do governo e da sociedade civil. Essas redes são responsáveis por levar e trazer informações a milhões de usuários em qualquer lugar do mundo a uma velocidade praticamente instantânea.

Nas primeiras fases deste fenômeno, para Ellison e Boyd (2013), a terminologia variou muito com o uso intercambiável de “sites de redes sociais”, “as redes sociais online” ou apenas, “redes sociais” para se referir a uma difusa e às vezes improvável gama de sites e serviços. Em 2007, os autores tentaram estabilizar a discussão, e ofereceram uma definição de sites de redes sociais:

“Serviços baseados na web que permitem aos indivíduos (1) construir um perfil público ou semi-público dentro de um sistema limitado, (2) articular uma lista de outros usuários com que eles compartilham uma conexão, e (3) visualizar e cruzar sua lista de

conexões e as feitas por outros dentro do sistema.” (ELLISON; BOYD, 2007, Apud ELLISON; BOYD, 2013).

Entretanto, já em 2013, considerando todas as mudanças no mundo online, Ellison e Boyd trouxeram um novo significado às redes sociais:

“Um site de rede social é uma plataforma de comunicação em rede em que os participantes (1) têm perfis exclusivamente identificáveis que consistem em conteúdo fornecido pelo usuário, o conteúdo fornecido por outros usuários e/ou dados fornecidos pelo sistema; (2) podem articular publicamente conexões que podem ser vistos e percorridos por outros; e (3) podem consumir, produzir e/ou interagir com fluxos de conteúdo gerado pelos usuários fornecidos por suas conexões no site.” (ELLISON. BOYD, 2013)

Portanto, as redes sociais virtuais vão muito além de uma simples conexão social, elas se tornaram gigantes ferramentas de organização política da sociedade. Hoje as redes sociais virtuais têm sido usadas também para ativismo político e mobilização por parte da sociedade civil.

“Redes sociais tornaram-se a nova mídia, em cima da qual a informação circula, é filtrada e repassada, conectada à conversação, onde é debatida, discutida e, assim, gera a possibilidade de novas formas de organização social baseadas em interesses das coletividades” (RECUERO, 2011)

O meio online, de acordo com Silva (2014), oferece um forte potencial para a participação no sentido de aglutinar indivíduos que antes queriam participar e não tinham canais ou oportunidades. “As novas possibilidades de acesso, organização, indexação e circulação de conteúdos proporcionam um verdadeiro convite à participação política [...]” (SILVA, 2014: 8)

O “ciberativismo” é um termo usual na literatura sobre internet, que pode ser definido como “uma manifestação de ativismo social contemporâneo, onde o emprego das tecnologias da informação e comunicação (TIC’s) promove novas modalidades de ação coletiva” (SILVA, 2014: 9),

Silva (2014) diz:

“[...] o ciberespaço ocupa uma posição de um “não-lugar”, onde tudo acontece, ou seja, onde os indivíduos conectados trocam ideias entre si e com o mundo, atuam como internautas que colam, copiam, replicam, editam, sintetizam e multiplicam as mídias sociais, em milhões de tweets e posts sobre notícias a respeito dos acontecimentos políticos em geral” (SILVA, 2014: 9)

Dessa forma, Silva (2014) afirma que as novas formas de ativismo digital promovem diversas possibilidades de participação e mobilização políticas, uma vez que a utilização da rede virtual como ferramenta tecnológica pode apontar para uma situação de avanço dos valores democráticos.

Ainda de acordo com Silva (2014) as múltiplas manifestações de ativismo das redes sociais virtuais são utilizadas ao partir da premissa de que “influenciam a ação coletiva, mobilizando e coordenando indivíduos na rua ou tudo isso não passa de uma ilusão ativista” (SILVA, 2014: 9).

Para Silva (2014):

“[...]os ciberativistas não estão na posição de deliberar comandos, apesar de sua mensagem influenciar diretamente a maneira pela qual as pessoas agem em conjunto, exprimindo a cena em que sua ação coletiva irá se configurar. Tal movimentação é denominada por Gerbaudo de *choreography of assembly*. Esta expressão é o conceito basilar de seu aporte teórico. Entende-se como um “processo de construção simbólica de um espaço público que se constrói em torno de um ajuste de cena emocional e um script dos participantes na assembleia física.” (GERBAUDO, 2012: 12). Neste sentido, os participantes adquirem um certo caráter participativo e libertário da cultura do protesto” (SILVA, 2014: 10)

Neste sentido, Santos (2012) completa afirmando que as redes e as plataformas de mídias sociais oferecem às pessoas a oportunidade de se comunicar, trocar informação e compartilhar diversos tipos de conteúdo. É possível, assim, que haja “uma forma de apropriação ou uso da comunicação em rede direcionando à realização de ações coordenadas, com objetivos ligados à participação e ação cívica” (SANTOS, 2012: 53).

Boulianne (2009, Apud SANTOS, 2012) demonstra, através de uma análise de 38 estudos sobre a relação entre o uso da internet e seus efeitos sobre o engajamento político que

os pesquisadores se dividem. “Há os que apontam efeitos negativos baseando-se principalmente no tempo em que ficamos conectados [...] e no frequente uso da internet como fonte de entretenimento, o que, indiretamente, também reduziria o tempo e a disponibilidade para o engajamento e as atividades sociais” (SANTOS, 2012: 54).

Já os defensores da opinião contrária “argumentam que os usos mais comuns da internet são busca de informações e as interações sociais” (SANTOS, 2012:54). Santos afirma que existem indícios que apontam a internet como um fator de potencial mobilização de indivíduos já interessados em questões políticas: “A internet reduz os custos (tempo, esforço) para acessar informação política e oferece formas mais convenientes de engajamento na vida política” (BOULIANNE, 2009 Apud SANTOS, 2012:54).

Há ainda, autores que argumentam, segundo Santos (2012), que a internet pode mobilizar politicamente populações inativas através das facilidades que pode oferecer, já que o acesso a informações políticas é facilitado permitindo discussões através das redes sociais:

“O engajamento em uma atividade política pode ser tratado através dos modelos de difusão em ambientes conectados, partindo da premissa de que a participação pode ser considerada como uma escolha entre aderir ou não a uma inovação (a ação coletiva ou cívica). Os modelos acadêmicos de difusão descrevem processos onde ideias, comportamentos, piadas, novos produtos e inclusive doenças, se espalham através de uma população” (SANTOS, 2012: 60).

Dessa forma, os conteúdos que se espalham com grande velocidade – virais – e o uso de plataformas sociais que favorecem o imediatismo das postagens – Twitter e Facebook, por exemplo – podem colaborar para a difusão de ações com apelo cívico. Portanto, a estrutura da rede, as tecnologias de informação e a comunicação e a chance de viralização de conteúdos podem ser considerados fatores positivos para uma conexão entre o ambiente digital e a possibilidade de engajamento político (SANTOS, 2012: 60-62).

Na visão de Castells (2014a), a capacidade de passar da indignação individual à ação coletiva é um processo de comunicação. A ação comunicativa é a base da ação coletiva. Esse processo de comunicação depende, para o autor, naturalmente, das formas de organização e de tecnologia da comunicação que mudam através da história. “E o que caracteriza as formas de comunicação do nosso tempo é que se baseia em uma comunicação em rede que pode ser operada instantaneamente, que pode ser realizada a partir de mecanismos que nos permitem a

interação e que nos permitem a comunicação que é local e é global, do que é pessoal ao que é coletivo, em tempo real” (CASTELLS, 2014a).

Castells (2014a) ressalta que os que usam a internet não são uma minoria, esta está se aproximando dos três bilhões de usuários no planeta e as redes de celular estão baseadas em 6.800 milhões de números de celulares. Ou seja, a humanidade está conectada, e assim é possível estabelecer redes independentes de monopólio da comunicação que tinham os meios de comunicação de massas e independentes das tentativas de controle por parte dos poderes políticos e econômicos.

Conclui-se que as redes e as tecnologias de informação e comunicação têm gerado impactos sociais, culturais e políticos, sendo importante ressaltar que os mundos online e off-line dialogam e se influenciam mutuamente (SANTOS, 2012: 67):

“A internet permite aos indivíduos abandonar a ideia de uma esfera pública basicamente construída por declarações acabadas, gerada por um grupo de atores, socialmente conhecidos como “a mídia”, para pensar num conjunto de práticas sociais que veem os indivíduos como participantes do debate. Declarações na esfera pública agora podem ser vistas como um convite para uma conversa e não mais como uma coisa pronta” (BENKLER, 2008 Apud SANTOS, 2012).

2.2 Os “Novos Movimentos Sociais em Rede”

Portanto, como vimos, a rede social é um espaço virtual que não deixa de ser real, mas sim imaterial. É um território estruturalmente descentralizado que transpõe as fronteiras da nação e atinge o global (CASSIANO, 2011). De acordo com Cassiano (2011), a internet na vida da sociedade em rede mostra que ela é mais do que apenas uma ferramenta gerencial e organizacional: é também o espelho do ser humano, ao refletir todas as ações dele além do campo virtual:

“Essas redes são tecidas pelos atores sociais, ou seja, é a partir da relação entre os usuários que elas se constroem. Apesar de cada rede social ter suas regras próprias, ela se torna apenas uma ferramenta, já que o conteúdo produzido nela depende completamente da participação dos usuários. Por isso, a rede é flexível, reversível, pode se modificar, trocar, reprogramar, é uma construção coletiva,

horizontal, multifacetada, compartilhada. Isso a torna um local sem hierarquia, uma vez que todos têm os mesmos direitos no campo virtual da rede social e é, nesse local, que os ativistas encontram espaço para disseminar pensamentos livremente e atingir pessoas de diversos locais para transformar ideias em ações coletivas” (CASSIANO, 2011).

Portanto, ao mesmo tempo em que a internet pode ser benéfica para os movimentos sociais, esta relação estabelece um via de mão dupla, uma vez que todos, inclusive governos, podem ter acesso à internet. A mobilização através das redes sociais virtuais pode facilitar também o trabalho das autoridades, que podem “destruir” as mobilizações. (CASSIANO, 2011).

Nos últimos três, quatro anos, houve uma série de mobilizações sociais, em âmbitos muito diversos. De acordo com Castells (2014b), novos movimentos sociais desde a Islândia em 2009, a Tunísia em 2010 e que então se estenderam ao conjunto de revoluções árabes, o movimento de Indignados, na Espanha, que foi para Portugal, Grécia, Israel, o Occupy Wall Street nos Estados Unidos – onde se ocuparam mais de mil cidades. O autor fala que também aconteceram manifestações na Nigéria, no México – o movimento “Eu sou 132” – no Uruguai, no Chile e no Brasil – alguns desses movimentos serão abordados com mais detalhes a seguir.

Para Castells (2014b), cada um desses movimentos surge em uma conjuntura econômica e política específica, mas há algo mais profundo, há um padrão comum a todos esses movimentos. Este padrão comum nos mostra o perfil da mudança política e social em nossa sociedade estruturada em rede, baseada em redes organizadas em grande medida graças a novas tecnologias de comunicação em rede.

A questão, para Castells (2014b), é que os novos movimentos sociais, ao longo da história, sempre foram os motores da mudança social e a mudança social funciona através de movimentos sociais, de mobilizações coletivas, a partir das quais se trocam os valores da sociedade, a mentalidade das pessoas e, assim, pode haver abertura nas instituições para assumir valores em processo de reforma institucional administrados a partir do sistema político.

As redes sociais digitais oferecem, portanto, de acordo com Castells (2013), a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida. Mas eles também precisam construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço

urbano. Assim, o fundamental é que o novo espaço público – o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano – seja um espaço de comunicação autônoma (CASTELLS, 2013).

Dessa forma, os novos movimentos sociais em rede são tipos de movimentos democráticos, movimentos que estão reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia constituído em torno da interação entre localidades e redes da internet, fazendo experiências com as tomadas de decisão com base em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana. “O legado dos movimentos sociais em rede terá sido afirmar a possibilidade de reaprender a conviver na verdadeira democracia”. (CASTELLS, 2013).

Foi através da superação do medo, a sensação de empoderamento, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano que esses movimentos se tornaram possíveis.

Na Tunísia e na Islândia, por exemplo, ocorreram transformações políticas tangíveis, novas vias de mudança social, mediante a capacidade autônoma de comunicar-se e organizar-se, que têm sido descobertas por uma geração nova de ativistas, “para além do alcance dos métodos usuais de controle empresarial e político” (CASTELLS, 2013).

A difusão em vídeo dos protestos e da violência policial pela internet na Tunísia foi acompanhada de convocação à ação nas ruas e praças das cidades de todo o país. A comunicação livre pelo Facebook, Youtube, Twitter conectados com a ocupação dos espaços urbanos criou um “híbrido espaço público de liberdade que se tornou uma das principais características da rebelião tunisiana, prenunciando os movimentos que surgiram em outros países” (CASTELLS, 2013).

Nesta, não havia líderes, mas surgiu, de acordo com Castells (2013) uma organização informal que cuidava da logística e aplicava regras de participação nos debates de praça, os partidos políticos de oposição foram ignorados pelos ativistas e não tiveram presença organizada na revolta.

Portanto, a precondição para as revoltas foi a existência de uma cultura da internet, constituída de blogueiros, redes sociais e ciberativismo, pois foi na conexão entre as redes sociais na internet e as redes pessoais que se forjou o protesto (CASTELLS, 2013).

Tanto na Tunísia quanto na Islândia os movimentos foram desencadeados por um evento dramático. Ambos apresentam semelhanças acentuadas, a respeito dos seus contextos culturais e institucionais profundamente contrastantes. Cabe ressaltar, que a mobilização social na Islândia teve a internet e as redes sociais como papel fundamental, já que 94% dos islandeses estão conectados à internet e 2/3 são usuários do Facebook (CASTELLS, 2013).

Similar a estes movimentos e revoluções, a Revolução Egípcia teve seu início no Facebook, com a criação de um grupo, que estimulou outros, convocando os seguidores a se reunirem em uma manifestação. Um planejamento especial foi feito através do Facebook, coordenado via Twitter, divulgado via SMS e transmitido via YouTube para o mundo. Na Primavera Árabe, a mídia digital desempenhou um papel causal, ou seja, para Castells (2013), as redes da internet e de telefonia celular “não são apenas ferramentas, mas formas organizacionais, expressões culturais e plataformas específicas para a autonomia política”.

Na Espanha, o movimento “Indignados” começou como um pequeno movimento online para discutir a demanda de “democracia real já”. Expandiu-se, agregando blogueiros, cidadãos e redes descentralizadas. Sem uma liderança formal, com demandas diversas e amplas o movimento ganhou as redes online e obteve apoio de grande parte da população espanhola (CASTELLS, 2013).

Da mesma forma, as ferramentas de comunicação online tiveram um papel fundamental na mobilização e difusão de informação sobre o movimento “Occupy Wall Street”. O movimento utilizou-se da tática da Primavera Árabe para estimular a coragem, sem uso da violência, para maximizar a proteção dos participantes. Surgiu na internet, difundiu-se através desta, e permaneceu na internet por meio de diferentes plataformas – páginas da web, Facebook, Twitter, Tumblr e outras. O movimento era horizontal, democrático e sem liderança, sendo a organização vivida de outra forma (CASTELLS, 2013).

O Occupy construiu, para Castells (2013), uma nova forma de espaço: uma mistura de espaço de lugares, em determinado território, e espaço de fluxos na internet, mesmo que os processos de deliberação não tenham acontecido na internet, limitados por uma falta de segurança.

Todos estes movimentos revelam que os mesmos comungam entre si: “a baixa confiança nas instituições políticas democráticas, o antipartidarismo, a desconfiança na mídia, o não reconhecimento de lideranças e organizações formais e se sustentam e se mobilizam via internet” (MESSEMBERG, 2014: 10).

Tabela 1: Os movimentos sociais em rede

| CARACTERÍSTICAS BASILARES DOS “MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE” |
|--|
| Descrédito em relação às instituições políticas tradicionais e aos mecanismos de representação; Desconfiança das informações disseminadas pelos veículos da grande mídia e por corporações financeiras; |

Sem lideranças e organizações formais;
Denotam caráter antipartidário;
Sem orientações estratégicas e autoridades verticais (não programáticos);
Têm sua formação e são mobilizados primordialmente via internet (simultaneamente globais e locais);
Uso intensivo das redes sociais virtuais (interação dinâmica entre ciberespaço e espaço urbano);
Conectados em redes de múltiplas formas (multimodais);
Movidos pela tríade indignação, entusiasmo e esperança.

Fonte: CASTELLS (2013, Apud SILVA, 2014 – adaptação do autor)

Castells (2014b) afirma que são movimentos em rede, mas a rede é de múltiplas formas. A rede, de acordo com Castells (2014b), é multimodal: são também as redes sociais que existem na sociedade, são redes de amigos de pessoas que se conhecem e é essa multimodalidade que é importante.

Em entrevista ao Projeto Fronteira do Pensamento, Castells afirma:

“o que é novo é que a internet e as redes móveis, internet sobre plataforma móvel fundamentalmente, permitem que as pessoas se organizem concretamente, mas não de forma permanente, e sim em redes que surgem desse processo de indignação e de vontade de luta. E não há líderes porque não é necessário, porque o movimento vai se ajustando, as pessoas vão debatendo, vão se organizando, um dia é um líder em uma ação, outro dia é outro. Portanto, a rede se transforma no sujeito coletivo de mobilização e o sujeito coletivo de liderança. Isso não é uma utopia. Isso é o que está acontecendo. [...] Então, estamos diante de uma nova forma de movimentos sociais que se caracterizam por serem capazes de se auto-organizar, automobilizar e autoliderar, sem pedir licença a nenhum partido, a nenhum líder, porque dispõem de uma capacidade tecnológica comunicativa que nunca houve na história, e porque as emoções se difundem instantaneamente através da viralidade” (CASTELLS, 2014b).

Diante de tudo isso, Castells (2014b) afirma que o que é importante não é o que os movimentos sociais conseguem, não é o produto, mas como fazem o processo:

“Porque o processo, ou seja, as formas de organização espontânea, de deliberação espontânea de articulação da democracia, criam uma experiência vivida de quais poderiam ser outras formas de relação humana, outras formas de representação política, portanto, a aprendizagem de uma futura democracia é feita nessas práticas, e é feita agora. E o que forem fazendo durante esses movimentos é o que produz materialmente o futuro. Ou seja, as formas institucionais, as formas democráticas não são programas abstratos intelectuais, são experiências práticas vividas por milhões de pessoas, que vão se decantando a partir daí, em uma série de instituições que podem ir surgindo no futuro” (CASTELLS, 2014b).

Por fim, na opinião de Castells (2014b), o importante é a mudança de mentalidade, a mudança da cultura das sociedades e, no fundo, qualquer mudança política estável e duradoura tem que se basear em uma mudança mental e cultural prévia.

2.3 A participação online

Valenzuela (2013) argumenta que estudos recentes mostram uma relação positiva entre a frequência do uso da mídia social e a participação política. Entretanto, não é claro, ainda, como o uso das mídias sociais se traduz em aumento de atividade política. Valenzuela (2013) dá três explicações para esta relação no contexto do comportamento de protesto dos cidadãos: o uso de informações, ou seja, uso das mídias sociais como uma fonte de notícias; expressão de opinião, ou seja, uso das mídias sociais para expressar opiniões políticas; e por fim, ativismo.

No estudo que Valenzuela faz, o autor chega à conclusão de que o uso das mídias sociais para expressar opinião pública e o ativismo medeiam a relação entre o uso das mídias sociais em geral e o comportamento de protesto. Assim, fica mais evidente o papel das plataformas digitais como facilitadores da ação política direta.

“Tornando indivíduos off-line em online, a mídia social pode facilitar o acesso a um grande número de contatos, permitindo assim que movimentos sociais atinjam a massa crítica” (LOVEJOY; SAXTON, 2012, apud VALENZUELA, 2013). As mídias sociais podem também promover a construção de identidades de grupos, importante antecedente do comportamento político, permitindo que vários canais de feedback interpessoal, aceitação pelos pares e reforço das normas do grupos.

Para Valenzuela, esses sites também podem funcionar como centros de informação. Por exemplo, os usuários do Facebook tem um “feed de notícias”, em que podem monitorar seus contatos pessoais e ficar atualizados sobre o que está acontecendo com eles.

Esses serviços permitem aos usuários criar e participar de grupos de acordo com seus interesses em comum. Dessa forma, aqueles que se juntam a movimentos sociais e grupos políticos online podem receber e mobilizar informações, que eles não obteriam em outro lugar e, assim, encontrar mais oportunidades de se envolver em atividades políticas (VALENZUELA, 2013).

Ao mesmo tempo, o aumento da participação em redes sociais online ajuda a construir relações de confiança entre os membros, melhorando ainda mais o potencial das mídias sociais para aumentar o seu envolvimento em protestos e outros comportamentos políticos (VALENZUELA, 2013).

Portanto, ao mesmo tempo em que as mídias sociais virtuais podem aproximar indivíduos online, não se pode afirmar que o mesmo acontece na mesma proporção no mundo off-line. Movimentos sociais fazem, hoje, constantemente esta interação, entre o mundo online e o mundo off-line, um não exclui o outro, ambos se complementam. Enquanto a internet favorece a mobilização e divulgação, assim como o acesso à informação, ela pode não favorecer tanto o ativismo off-line, aquele que faz as pessoas irem às ruas ou se juntarem de fato à movimentos sociais ou grupos políticos.

Neste ambiente de participação, Silva (2014) afirma que a internet propõe novos mecanismos que possam engendrar uma atuação mais forte dos indivíduos na discussão da vida política, rompendo a velha maneira de esgotar o sistema democrático representativo no processo eleitoral e na vida privada dos candidatos.

“As novas formas de produzir política sugerem, assim, múltiplos vínculos entre representantes e representados. A participação eletrônica, do mesmo modo, é comumente dividida pela literatura em dois campos: o e-Democracy (democracia digital e ciberdemocracia são sinônimos deste conceito) pressupõe participação política através da internet por meio de processos de deliberação pública e o e-Government (governo eletrônico) abarca os processos da gestão pública, a saber, como as TIC’s são aplicadas às funções de governo, buscando atender as demandas por serviços públicos” (SILVA, 2014).

De acordo com Silva (2014), a internet não pode ser encarada como a solução para a carência de participação política, e não se pode, ao mesmo tempo, culpá-la pelas pessoas não participarem da vida pública. Além disso, “as pessoas que já não participam da política, talvez não comecem a participar por conta da internet”. Esta não tem a capacidade unívoca de convocar cidadãos à vida política, e seria ingênuo contar com essas expectativas (SILVA, 2014: 17).

Entretanto, o que se oferece é um “*surplus* para os cidadãos serem motivados a participar da vida política, visto que há uma apropriação social da tecnologia digital cuja motivação é imediata, pouco custosa e eficiente e, portanto, não demanda atribuições que impõe sacrifícios enormes para o indivíduo engajar-se politicamente” (SILVA, 2014: 17).

Neste mesmo sentido, reafirmo que a internet proporcionou uma nova infraestrutura: mais rápida e barata, com grande potencial para a produção e difusão autônoma de informação e com uma gama variada de recursos para a conexão e para a ação política em escala local, nacional e transnacional (MAIA, 2011). Mas o ator principal continua sendo a pessoa, os indivíduos, a sociedade, e não a tecnologia.

Dessa forma, Gomes (2011) argumenta que as pessoas participam de iniciativas quando as consideram uma oportunidade adequada para atingir fins desejáveis, mas os meios precisam ser vistos como oportunidades que podem produzir os fins desejáveis de maneira que os custos sejam recompensados pelos benefícios. Gomes (2011) chega a dizer que não importa se as iniciativas são oriundas do sistema político, do Estado ou da sociedade, mas que um adequado encadeamento de meios, oportunidades e motivos deve constituir a base na elaboração de qualquer iniciativa de democracia digital.

No campo das iniciativas de participação popular, Castells (2014b) afirma que a cidade de Porto Alegre se tornou um referencial de mudança social e participação popular. Esta foi e continua sendo um ponto de reflexão, “um ponto de prova de que há lugares onde nascem utopias que tentam transformar-se em práticas sociais”. E isso, para Castells (2014b), é o que estamos aprendendo dos novos movimentos sociais que estão acontecendo no mundo.

Castells se refere ao Orçamento Participativo de Porto Alegre, que é um processo pelo qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal.

“Inicia-se com as reuniões preparatórias, quando a Prefeitura presta contas do exercício passado, apresenta o Plano de Investimentos e Serviços (PIS) para o ano seguinte. As secretarias municipais e autarquias acompanham estas reuniões, prestando

esclarecimentos sobre os critérios que norteiam o processo e a viabilidade das demandas. Nas Assembleias Regionais e Temáticas, que se realizam de abril a maio, nas 17 Regiões e seis Temáticas do OP, a população elege as prioridades para o município, seus conselheiros, e define o número de delegados da cidade para os seus respectivos fóruns regionais e grupos de discussões temáticas” (Prefeitura de Porto Alegre)

Ferreira (2012) aponta que mecanismos de participação política e deliberação online, como o Orçamento Participativo digital – que acontece em Belo Horizonte e Recife – são experiências que mesclam e-government e e-democracy, que utilizam as novas tecnologias de informação nos processos políticos de participação e deliberação pública. São, portanto, inovações democráticas que se inserem nas tendências contemporâneas de democracia eletrônica.

Nas conclusões de Ferreira (2012) há a possibilidade de se ampliar o cânone democrático não só por conta da maior agregação numérica de indivíduos ao processo, mas também pela possibilidade de desenvolvimento de novas formas de inclusão, participação, mobilização e interação virtual que podem se dar por meio da internet – como email, chats, blog, post, twitter e redes sociais.

Além disso, Ferreira (2012) completa afirmando que as novas tecnologias da informação têm permitido maior acesso dos cidadãos às informações a respeito da gestão pública, elevando assim o controle social e a accountability. O autor conclui que, por um lado, a internet ajuda a ampliar a participação nos processos políticos decisórios, mas por outro ela não qualifica significativamente a deliberação pública que entende-se por depender fundamentalmente de arenas face a face.

Já Stabile (2012) nos mostra que, mesmo a Democracia Eletrônica desenvolvida pelo Portal da Câmara dos Deputados tenha servido mais aos profissionais da política que aos cidadãos comuns, estes últimos, interessados em buscar participação, contato e interação com os atores políticos, estão procurando essas ferramentas online.

Stabile (2012) aponta que uma das barreiras a estas iniciativas digitais é a desconfiança dos mecanismos formais – das instituições políticas, dos políticos e etc. – além da linguagem utilizada que não é compreensível ao cidadão comum. Stabile também aponta que um dos limites da Democracia Eletrônica é a exclusão digital, decorrente da falta de

acesso à infraestrutura e à falta de conhecimento de informática, sendo a questão motivacional um desafio da participação online.

Ressalto que, de acordo com Stabile (2012), um dos desafios da participação online é adaptar as instituições políticas a um novo pensamento: colaborativo e descentralizado, fruto da web 2.0 – que acompanhe as novas gerações.

Outro estudo sobre o Portal da Câmara dos Deputados (MARQUES, 2011), aponta que quando comparado ao Portal da Presidência, apresenta uma maior variedade de canais a concretizarem a participação e por consequência a natureza da informação que a esfera civil mantém com essa instituição e seus agentes tende a ser diferenciada.

Portanto, Marques (2012) conclui em sua pesquisa que as mídias digitais estão à disposição das pessoas, mas sua adoção inteligente e proveitosa afim de lidar com o déficit democrático depende de fatores que são de ordem não apenas tecnológica, mas também cultural, social e política.

Na questão da participação online através do ativismo, Gregolim (2012) destaca o ativismo transmídia como um fenômeno contemporâneo, propiciado pelo uso crescente de aparelhos portáteis, com seus recursos de geolocalização e de conectividade, permitindo às pessoas entrarem em contato umas com as outras e criarem grupos virtuais em torno de temas de interesse comum, seja para trocar experiências, resolver problemas ou aliar-se à luta por uma causa social.

Gregolim (2012) destaca, ainda, que as ações do ativismo transmídia não circunscrevem em um espaço delimitado, elas alcançam a dimensão planetária. Por isso, suas redes com múltiplos pontos de entrada permitem que ativistas e o público tenham uma experiência narrativa abrangente e coordenada.

Cabe aqui ressaltar o papel da “Mídia Ninja” durante os protestos no Brasil com os vários vídeos divulgados quase que instantaneamente ao que estava acontecendo nas ruas. De acordo com os próprios atores eles são:

“Uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando. Apostamos na lógica colaborativa de criação e compartilhamento de conteúdos, característica da sociedade em rede, para realizar reportagens, documentários e investigações no Brasil e no mundo. Nossa pauta está onde a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressa. A Internet mudou o

jornalismo e nós fazemos parte dessa transformação. Vivemos uma cultura peertopeer (P2P), que permite a troca de informações diretas entre as pessoas, sem a presença dos velhos intermediários. Novas tecnologias e novas aplicações têm permitido o surgimento de novos espaços para trocas, nos quais as pessoas não só recebem , mas também produzem informações. Neste novo tempo, de redes conectadas às ruas, emergem os cidadãos multimídia, com capacidade de construir sua opinião e compartilhá-la no ambiente virtual” (MÍDIA NINJA).

Outra iniciativa notória é o “Observatório da Imprensa” também focado na mídia, e que hoje possui também uma versão para a televisão e para o rádio. Sendo este um fórum permanente onde os usuários podem se manifestar e participar – ativamente.

São criados, então, novos sujeitos e espaços para o ativismo na medida em que a proliferação das mídias sociais e interativas e sua convivência com as mídias tradicionais propiciam a fusão entre experiências realizadas em casa, pelo computador e pelo uso de telefones celulares (GREGOLIM, 2012).

O ativismo também ocorre através de mobilizações online ou presenciais a partir de web sites de campanhas eleitorais, como destaca Aggio (2011). “O ativismo em campanha é uma forma legítima e fundamental na dimensão da participação política na sociedade democrática”, sendo os espaço e oportunidades para participação dos cidadãos nas campanhas elementos estratégicos que sempre estiveram presentes em web sites de campanhas.

Diante de tantas formas de participação online possibilitadas, algumas nem mesmo citadas aqui, pelo avanço das tecnologias de informação, conclui-se que ainda é mais importante a existência de uma cultura política na sociedade, para que esta possa se refletir mundo online:

“[...] ainda se deve levar em consideração o papel fundamental de uma cultura política, tanto do *modus operandi* do sistema político quando nos valores, necessidades, interesses e reivindicações dos cidadãos. Por tanto, trata-se da cultura política antes de tudo” (AGGIO, 2011)

Almeida (2014) argumenta que o conceito de representação política tem passado por uma reformulação profunda na teoria política contemporânea, motivada, de acordo com a autora, pela constatação empírica do papel da sociedade civil como representante político. E

acrescento, essa motivação pode também vir do advento da internet e da emergência das novas formas de participação política online.

Almeida (2014:175) destaca que “embora a vocalização pública de interesses seja uma prática comum das ações de protestos e das expressões da ação coletiva, apenas recentemente a teoria política passou a denomina-la de representação”.

Almeida (2001) afirma que é importante que o indivíduo supere as práticas políticas instituídas no passado para alcançar a participação política no mundo globalizado. Segundo o autor, a autonomia dos indivíduos é via principal para o alcance da reflexividade social, do conhecimento atualizado, da tomada de decisão e, por conseguinte, da própria participação política.

A autonomia é, então, para Almeida (2001), requisito básico para a participação do indivíduo na globalização, “somente um indivíduo autônomo é capaz de processar e selecionar informações, ter domínio de conhecimento, tomar decisões e posicionar-se frente a um mundo de riscos, incertezas e conflitos globais”. Portanto, a autonomia leva o indivíduo à participação política.

Dessa forma, a participação política exige, de acordo com Almeida (2001), convicção de decisão, clareza do que se busca e certeza nas escolhas. Ao mesmo em que a internet pode ser um meio facilitador para a participação política, ela pode afastar os indivíduos dos meios participativos já existentes e causar desinteresse na busca por novos meios. Portanto, é primordial que as instituições políticas busquem, também, se adaptar ao mundo da web 2.0, aproximando os cidadãos de si e favorecendo meios participativos mais horizontais e menos burocráticos.

OS PROTESTOS NO BRASIL

Quando as manifestações de junho aconteceram no Brasil, muitos falavam da surpresa geral que a manifestação trouxe, afirmando que “ninguém esperava” por um movimento daquele tamanho. Entretanto, Cardoso e Di Fátima (2013) afirmam que é preciso analisar o contexto social, cultural, político e econômico vivido no país para entender que o movimento não foi surpresa nenhuma.

“Primeiro porque, no nosso entender, não há surpresas nos protestos, há sim cegueiras políticas e acima de tudo uma incapacidade comunicativa entre o Estado e os cidadãos. E, segundo, porque a história tem ensinado que a insatisfação generalizada não se origina em pequenos incidentes, mas num longo processo acumulativo de descontentamento. Daí Castells (2012) entender que essas ações coletivas são movimentos emocionais, uma bolha de insatisfação que em algum momento encontra o mecanismo de ignição.” (CARDOSO; DI FÁTIMA, 2013).

Segundo os autores, acontece que o elemento mobilizador é visto como “pequeno”, mas na realidade ele só é pequeno porque é a gota de água que faz transbordar o copo do descontentamento acumulado em privado. No caso do Brasil, a faísca que deu origem aos primeiros protestos foi o aumento do preço da passagem do transporte coletivo.

“A questão central é que a espontaneidade do movimento em curso é confundida com o discurso de manifestações inesperadas (Di Fátima, 2013). Os movimentos brasileiros poderiam redigir páginas e páginas da brevíssima narrativa do poder e contrapoder na sociedade em rede. Em comum eles têm a identidade como essência organizadora (Castells, 2002), a vontade de transformar valores culturais (Touraine, 2006), o descrédito crescente nas instituições do Estado (Cardoso e Neto, 2003) e a utilização em diferentes níveis das TICs, principalmente das redes da internet, para convocar, organizar, articular, registrar e partilhar informações sobre as causas (Costanza-Chock, 2006). Estes eventos também criam condições propícias para o debate político ao proporcionarem encontros, físicos e virtuais, nos quais a insatisfação com determinada questão é o elemento unificador.” (CARDOSO; DI FÁTIMA, 2013)

Portanto, é na conexão entre a juventude e a cultura da internet que está na raiz do novo poder popular. (CASTELLS, apud CARDOSO. DI FÁTIMA 2013). Poder este que se

fortalece cada vez mais com o uso das mídias sociais, mas que também corre o risco de sumir pela efemeridade das redes sociais virtuais.

Já Marilena Chauí (2013) aponta que não foram poucos os que exprimiram sua perplexidade diante das manifestações de junho de 2013 pelos meios de comunicação:

“de onde vieram e por que vieram se os grandes problemas que sempre atormentaram o país (desemprego, inflação, violência urbana e no campo) estão com soluções bem encaminhadas e reina a estabilidade política?” (CHAUÍ, 2013)

De acordo com Chauí (2013) apesar das perguntas serem justas, a perplexidade não é. Bastaria olhar para um ponto que sempre foi o foco dos movimentos populares: “a situação da vida urbana nas grandes metrópoles brasileiras” (CHAUÍ, 2013).

Na visão de Fernandes (2013) as manifestações interromperam um longo ciclo de “paz social”, evidenciando a extrema fragilidade das instituições e colocando na ordem do dia “a necessidade de mudanças substanciais de organização da economia e da sociedade”.

Como tudo começou e acabou?⁶

Os protestos começaram na cidade de Porto Alegre, ainda em 27 de Março de 2013. Este protesto criticava o aumento da tarifa do transporte público. Pelo mesmo motivo, estudantes se reuniram em Manaus no dia 30 deste mesmo mês.

No mês de Maio os protestos de Goiânia que no dia 8 contavam com 200 pessoas, chegaram a mil no dia 16. Quando o governo de São Paulo decidiu, no dia 17 de Maio, aumentar a tarifa do transporte público em R\$ 0,20 a reação do Movimento Passe Livre começou no dia 19. O governo optou por manter o reajuste mesmo após um debate com o MPL na Câmara Municipal de São Paulo e após vigília do mesmo movimento na Prefeitura. No dia 30 de Maio 11 capitais reajustaram a tarifa.

Já no dia 03 de Junho, o MPL convoca uma nova manifestação e o governo respondeu com repressão e violência. Novamente, no dia 06 de Junho, integrantes do MPL realizam manifestação na capital paulista e contam com o apoio de 6 mil pessoas. Mais uma vez a PM

⁶ G1. “Linha do Tempo das Manifestações”. Edição de Leo Aragão e Gustavo Miller. Reportagem de Ana Carolina Moreno. Design de Dalton Soares, Daniel Roda e Elvis Martuchelli. Desenvolvedores: Rafael Soares e Thiago Bittencourt. Disponível em < <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>> Acesso em 23 de Outubro de 2014.

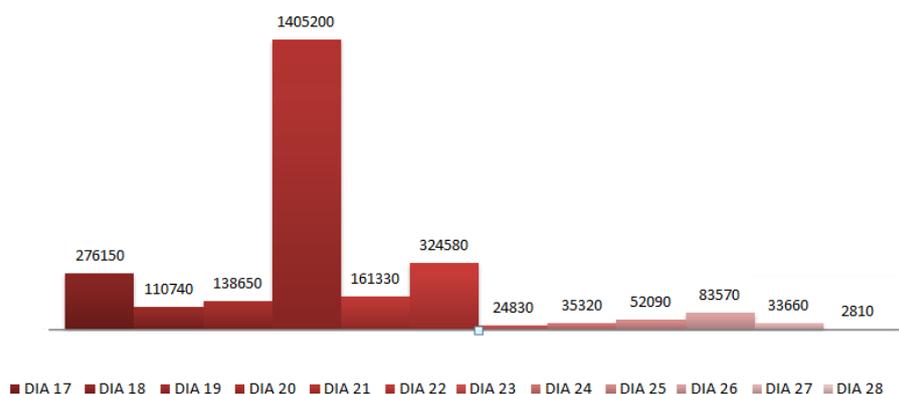
responde com violência, balas de borracha e bombas de efeito moral.

Foi então que a violência da PM começou a ser veiculada e criticada pela grande mídia e causou indignação em boa parte da população:

“[...] As imagens da guerra campal entre a tropa de choque e os manifestantes circularam nas redes sociais e começaram a mudar o estado de espírito da opinião pública. A truculência da tropa de choque funcionou como um estopim que detonou a indignação popular. A intrepidez dos jovens que desafiavam bombas e balas de borracha evidenciava a covardia da polícia e legitimava os métodos de luta do MPL. Nos fluxos de mensagens que circulavam na internet já era possível identificar que os protestos tinham se transformado em uma revolta da juventude” (FERNANDES, 2013).

Desde então os protestos aumentaram e se espalharam por todo o Brasil. Como pode ser visto no gráfico, no dia 17 de junho os protestos aconteceram em cerca de trinta cidades brasileiras reunindo ao todo mais de 270 mil pessoas nas ruas. O auge das manifestações se deu no dia 20 de junho, quando mais de 1,4 milhão de pessoas se reuniram em mais de 130 cidades por todo o Brasil.

Gráfico 1 – Número de participantes das manifestações por dia (no mês de Junho).



Fonte: G1 Brasil – adaptação da autora

Uma análise de Floresta Fernandes reflete exatamente o que aconteceu no Brasil neste momento: as grandes manifestações se arrefeceram, e os protestos continuaram em menos cidades e com menos pessoas nas ruas: “desde então, a população continuou extravasando a

sua profunda insatisfação com as condições de vida em milhares de mobilizações menores e fragmentas nas principais cidades do país” (FERNANDES, 2013).

Em resumo, Singer (2013) aponta três fases para os acontecimentos, que duraram cerca de uma semana cada: “A ebulição foi iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente circunscritas à cidades de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho”. O objetivo específico desta primeira etapa era a redução do preço das passagens do transporte público. A segunda etapa tem início devido ao uso desmedido da força, que atraiu a atenção e simpatia do grande público. Estas ocorreram nos dias 17, 18, 19 e 20 de junho, quando alcança o auge, nessas outras frações das sociedades entram espontaneamente em cena. Para Singer (2013) essa presença multiplicou a potência dos protestos e tornou vagas as demandas. Por fim, a terceira etapa – do dia 21 até o fim do mês – o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos mais específicos.

Quem eram os manifestantes e o que queriam?

De acordo com pesquisa publicada em 18 de julho de 2013, realizada pelo IBOPE – a pesquisa pode ser vista completa nos anexos – e que contou com opinião de 1775 internautas, 1008 pessoas e 2002 manifestantes⁷, as pessoas que foram às ruas se dividiam “igualmente” entre homens e mulheres, sendo que 54% destes já haviam participado de manifestações antes, 76 % trabalhavam e 52% estudavam.

Quanto à escolaridade, 49% ainda cursavam o ensino superior ou haviam acabado o ensino médio, e 43% já possuíam o ensino superior completo. Os manifestantes eram em sua maioria jovens entre 14 e 24 anos (43%). Importante ressaltar que dos manifestantes entrevistados, 61% disseram ter muito interesse pela política e 89% não se sentiam representados por políticos.

Já em relação às demandas dos manifestantes Fernandes (2013) aponta algumas:

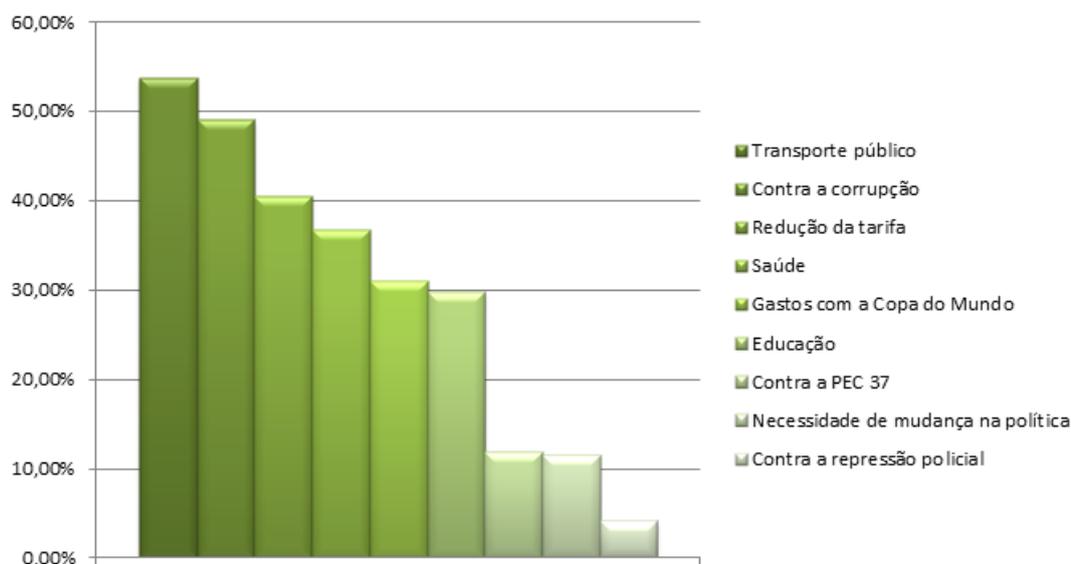
“[...] Nos cartazes improvisados levados às manifestações, protestava-se praticamente contra tudo. A grande mídia deu alarde à presença de consignas nacionalistas – “O gigante acordo”, “Verás que o filho teu não foge à luta” –; moralistas – “Contra a Corrupção”, “Contra a PEC-37” –; e até mesmo autoritárias – “Contra os Partidos” e “Contra a violência”. [...] Contudo, a avassaladora maioria dos manifestantes portou consignas claramente radicais e anticapitalistas, com evidente caráter democrático e anti-imperialista – “Passe livre”,

⁷ Ver IBOPE. “Levante Popular”,2013. Disponível em < <http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/Infograficos/Paginas/Levante-Popular.aspx>>. Acesso em 24 de Outubro de 2014.

“Educação pública não mercantil”, “Saúde não é mercadoria”, “Moradia: Direito de Todos”, “Fora Fifa”, “Contra a privatização do Maracanã”, “Fora Eike”, “Fora Rede Globo” [...]” (FERNANDES, 2013).

Portanto, como já foi dito, as manifestações a princípio iam contra o aumento do preço das passagens do transporte público, mas com o tempo passaram a abarcar diversas demandas por diferentes grupos sociais, mas principalmente as demandas da classe média brasileira – como pode ser visto no gráfico 2.

Gráfico 2 – Reivindicações da população



Fonte: G1 Brasil – adaptação da autora

Quais foram os resultados?

Vitagliano (2013) afirma que existem três perspectivas sintomáticas sobre as manifestações. A primeira é defendida por intelectuais como a Marilena Chauí e outros professores de Ciência Política, para eles “o que ocorreu no Brasil foi um princípio de intolerância política com fortes traços de fascismo”. De acordo com Vitagliano (2013) esta visão foca nos traços reacionários que se destacaram em vários momentos de Junho, “mas não

explica como estes traços foram capazes de substituir as pautas inicialmente progressistas” e não explica, também, como a direita tomou as ruas “já que este é um espaço de ação política usado por uma maioria crítica ao capitalismo” (VITAGLIANO, 2013). Na opinião do próprio autor, esta visão é um tanto distorcida a partir do momento em que defende uma sobreposição da pauta de direita sobre a da esquerda.

A segunda visão associa os protestos de junho a manifestações mais amplas e de abrangência mundial que começaram antes – com os movimentos antiglobalização de Seattle. Representada por intelectuais como David Harvey e Manuel Castells que destacam as semelhanças entre o movimento que aconteceu no Brasil e os movimentos que aconteceram ao redor do mundo como o Occupy Wall Street nos Estados Unidos. Vitagliano também critica essa visão, afirmando que os manifestantes do mundo globalizado não são iguais ao do Brasil.

Já a terceira visão apontada por Vitagliano (2013) destaca o triunfo da mobilidade social, apontando a conquista de melhores condições de vida pelos menos favorecidos que conseqüentemente fazem pressão por melhorias imediatas nos serviços públicos. Para Vitagliano (2013), o problema desta visão é que da mesma forma que as outras é uma interpretação limitada.

Vitagliano (2013) tenta superar os limites apontados das outras visões, e parte das próprias contradições do movimento. “As manifestações de junho foram um evento sem precedentes, único e irreprodutível nas suas origens” (VITAGLIANO, 2013).

Para Vitagliano (2013), Junho foi único. Um movimento que fez os jornais falharem, a polícia agir como nos tempos da ditadura e que diante da paralisia das velhas instituições trouxe o papel das mídias sociais como grande novidade e com papel catalizador. Através das pautas genéricas e pouco claras, o movimento agregou interesses distintos, fazendo os contrários somarem-se. Diante disso, os protestos, para Vitagliano (2013), não desencadearam mudanças, foram um movimento de catarse.

Na visão de Fernandes (2013) o saldo das Jornadas de Junho para a juventude que enfrentou repressão foi positivo:

“A redução das tarifas significou uma vitória objetiva e tangível que beneficiou o conjunto da população. A reconquista do direito à manifestação representou um importante contraponto ao processo de criminalização das lutas sociais em progressão há mais de uma década. A desmoralização das prioridades que regem o gasto público desnaturalizou a política econômica, deixando patente o

componente ideológico que oculta os interesses por trás da linguagem técnica e supostamente neutra da racionalidade econômica.” (FERNANDES, 2013).

Quanto às principais demandas dos manifestantes, estes conseguiram que em muitas cidades o preço do transporte público fosse reduzido pelo governo. Além disso, a PEC 37 foi arquivada e a corrupção foi considerada um crime hediondo no Senado. Os deputados aprovaram 75% dos royalties para a educação e 25% para a saúde. A CCJ aprovou o fim do voto secreto para cassação (G1, 2013).

No entanto, Fernandes (2013) destaca que a maior vitória das ruas foi a de ter criado uma nova cultura política:

“As experiências vividas nos embates contra as forças da ordem – policiais, midiáticas, ideológicas e políticas – provocaram um salto de qualidade na consciência política do conjunto da juventude rebelde e começou a forjar sua vanguarda mais resolvida. Enfim, o deslocamento da luta de classes para as ruas mostrou a força da mobilização social e da ação direta como único meio de que o povo trabalhador dispõe para mudar as estruturas enrijecidas” (FERNANDES, 2013).

3.1 A importância do Facebook para a mobilização online

É no ciberespaço que ativistas encontraram uma forma de alcançar um maior número de pessoas para organizar mobilização social, em páginas de plataformas como Facebook e Twitter.

O Facebook é uma das maiores redes sociais do mundo, e tem crescido rapidamente, sendo muito popular entre os jovens. (CONROY, 2012). Como o Facebook foi expressivamente mais usado no Brasil que outras redes sociais, trataremos apenas dele neste trabalho.

Conroy (2012) afirma que, embora a premissa de que o Facebook fica apenas com o compartilhamento de informações através de um perfil online que contém informações básicas sobre o usuário, houve importantes adições para o site que mudaram como os usuários interagem com outras pessoas no Facebook.

Em setembro de 2004 o Facebook introduziu o aplicativo “grupos”. Os grupos permitem aos usuários compartilhar interesses comuns com o outro, proporcionando um

espaço comum onde os usuários podem conhecer outras pessoas interessadas em um tópico específico, divulgar informações sobre o tema e participar de discussões relevantes. Os grupos também podem conectar pessoas que não são amigas, mas que compartilham de um interesse comum. Estes são únicos, possuindo uma capacidade de rede poderosa (CONROY, 2012).

O Facebook também fez a “wall” (onde os usuários podem publicar mensagens no perfil de outras pessoas), notes (onde os usuários podem compartilhar suas opiniões com os posts do blog que gosta), “share” (onde os usuários podem postar links para sites externos no seu perfil), e “fan pages” (onde os usuários podem mostrar apoio a uma figura pública), permitindo que os usuários interajam continuamente uns com os outros em uma variedade de maneiras diferentes. (CONROY, 2012).

Muitas manifestações, como a Primavera Árabe e o Occupy Wall Street, começaram em páginas virtuais e se estenderam para as ruas. O mundo online é mais democrático e livre, as pessoas podem se expressar e criar e não apenas receber informações, ou seja, os usuários não são mais apenas receptores de informações, eles passam a ser produtores de conteúdo e disseminadores de ideias.

Pensando hoje nas redes sociais, Santos (2012), afirma que nas plataformas que permitem e facilitam o contato entre indivíduos que nem sempre podem potencializar as conexões e eventualmente diminuir os graus de separação.

Para Santos (2012) é importante ressaltar o papel dos mecanismos automatizados de busca e seleção de pessoas que compartilham interesses ou amigos em comum. “Em plataformas como o Facebook e o Twitter tais mecanismos estão presentes e potencializam o crescimento das redes sociais bem como a quantidade de usuários dessas plataformas a um ritmo intenso e em curtos períodos de tempo. Em fevereiro de 2012 o Facebook já tinha mais de 845 milhões de usuários ativos. Destes, cerca de 40 milhões eram brasileiros” (SANTOS, 2012: 58-59).

Retomemos o conceito de mobilização social, para entender o papel das redes sociais virtuais neste processo. Toro (1996, apud SILVA; BRIGNOL, 2013) afirma que a mobilização social é mais do que manifestações públicas, passeatas ou concentrações de pessoas, é quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando quotidianamente resultados decididos e desejados por todos.

Dessa forma, para Toro a mobilização envolve a busca de um propósito comum a partir do compartilhamento dos sujeitos com este objetivo, construindo identidades coletivas da ação. Participação à causa é um ato de escolha pessoal e convocar vontades significa

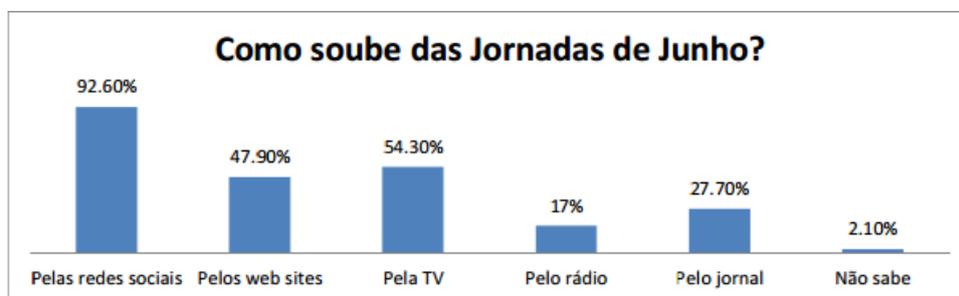
convocar discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo comum. Para o autor a mobilização social antecede o movimento social, ou seja, o movimento seria resultado deste processo.

Nos movimentos em rede, o processo de organização das mobilizações tem mudado constantemente. Simeone (2007, apud SILVA; BRIGNOL, 2013) reconhece algumas mudanças significativas que já foram identificadas como a ampliação do exercício de cidadão, o surgimento de movimentos constituídos por sujeito plurais, a ampliação da representatividade social ao organizar grandes mobilizações, outras formas de alianças através das redes de movimentos, combinando diversas atividades e ações e a atuação em redes de solidariedades.

Hoje, as mobilizações estão investindo na comunicação multimodal, principalmente através das redes sociais virtuais. Gohn (2007, apud SILVA; BRIGNOL, 2013) afirma que as mobilizações em rede investem e dependem da comunicação, e ainda mais da internet para as ações. Dessa forma, o movimento cria identidades e vínculos com grupos dispersos e ainda sem visibilidade midiática, a partir da ocupação do espaço digital para organização e mobilização da ação, com a construção de um espaço de contrapoder.

No Brasil, o Facebook e outras redes sociais virtuais foram o principal veículo de comunicação e mobilização utilizado por movimentos sociais e pela sociedade civil para convidar as pessoas aos protestos de rua – como pode ser visto no gráfico 3 – e de acordo com pesquisa do IBOPE 75% dos entrevistados convocaram os amigos e colegas pelo Facebook. Foram criados “eventos” em que um podia convidar vários amigos, e assim toda uma sociedade conectada teve acesso às informações dos protestos (dia, horário e local).

Gráfico 3 – Os meios de comunicação e mobilização dos manifestantes



Fonte: SILVA (2014)

Portanto, as mobilizações em rede constroem suas ações coletivas, que atuam para o desenvolvimento do empoderamento social. Ao construir uma comunidade em um espaço

público digital, se estabelece um espaço de deliberação, de reunião em que diferentes sujeitos podem opinar. Castells (2012) afirma que as mobilizações em rede se apresentam como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado. Para Castells (2012), o tipo de interação via redes online permite uma comunicação mais rápida, autônoma, interativa, reprogramável e autopropagável às mobilizações. “Quanto mais interativa e autoconfigurável é a comunicação, menos hierárquica é a organização e mais participativo é o movimento” (SILVA; BRIGNOL, 2013). Dessa forma, as redes sociais contribuem para a formação de uma comunidade mais horizontal e com instituições políticas mais acessíveis, fomentando a participação política.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

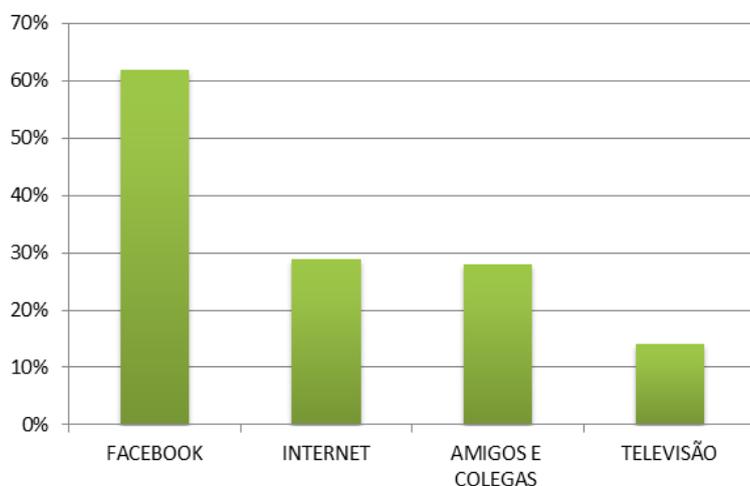
4.1 O desenvolvimento metodológico

Esta seção tem como objetivo explicar como a pesquisa foi realizada, podendo, então, contribuir para o desenvolvimento de pesquisas nas ciências sociais, principalmente quando se trata de protestos da sociedade civil não organizada.

Este trabalho busca analisar, de forma exploratória, a relação entre participação em protestos e participação política posterior. Diante disso, foi preciso observar: i) como era a participação política antes dos protestos; e ii) como passou a ser a participação política depois dos protestos.

Para isto, a ferramenta utilizada foi o desenvolvimento de uma pesquisa online com, principalmente, os usuários da rede social virtual “Facebook”. De acordo com Stabile (2012) a técnica de pesquisa online – websurveys – já é conhecida nos estudos de Opinião Pública há pelo menos 15 anos.

Gráfico 4 – Os meios pelos quais os indivíduos souberam e foram convidados para os protestos



Fonte: IBOPE – adaptação da autora

A rede social virtual “Facebook” foi escolhida como principal meio de divulgação do survey por ter sido muito utilizada por ativistas na divulgação dos protestos ainda em junho de 2013, como pode ser observado no gráfico acima (gráfico 4). Assim, o questionário foi divulgado nos grupos da Universidade de Brasília – grupo UnB, grupo de Ciência Política, grupo de Relações Internacionais, grupo da matéria Internet e Política, ministrada pela Professora Marisa von Bülow, grupo da matéria de Introdução aos Estudos do Futuro no

Brasil ministrada pelo Professor Murilo Camargo, no grupo Anonymous Brasil e de outros protestos e manifestações.

4.2 A coleta de dados

A coleta de dados deste trabalho buscou identificar as experiências dos respondentes antes e depois dos protestos de junho de 2013. O período de coleta dos dados começou em 17 de Setembro de 2014 e ficou no ar até o dia 12 de Outubro de 2014. A pesquisa foi feita através da plataforma “SurveyMonkey”, disponível gratuitamente online, sendo todo o processo de gerenciamento de respostas realizado pelo próprio site.

4.3 Pesquisas online

Stabile (2012) afirma que a internet não tem sido apenas objeto de estudo dos últimos 15 anos, mas também tem servido como ferramenta para o desenvolvimento de novas técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais.

Quanto comparado a entrevistas, o survey apresenta algumas vantagens. De acordo com Gil (1991): possibilita atingir um grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas em uma área geográfica muito extensa, implica menores gastos, garante o anonimato das respostas, permite que as pessoas respondam no momento que julgarem mais conveniente, não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Nas pesquisas online, podemos considerar que essas vantagens são ainda maiores. A facilidade dos websurveys, como afirma Stabile (2012), faz com que qualquer instituição e pesquisador tenha, até mesmo por meios gratuitos, a possibilidade de realizar uma pesquisa com milhares de pessoas, o que pela forma tradicional se tornaria muito caro.

De acordo com Stabile (2012), websurvey é um conjunto de técnicas que utilizam a internet para coletar informações de respondentes. De acordo com Barbetta (2007, Apud CERNEV; CERESER, 2010), o survey ou pesquisa de levantamento é compreendido como um método de coleta de informação de uma certa população ou amostra, através de questionários ou entrevistas. Para Cohen (2007, Apud CERNEV. CERESER, 2010), o survey é um método de pesquisa que coleta dados em determinado momento e tem a intenção de descrever a natureza das condições existentes, identificar padrões, comparar e/ou determinar relações que existem entre eventos específicos.

Para Stabile (2012) as vantagens de uma pesquisa online são a realização de experimentos, a redução de custos de pesquisa, a maior velocidade da condução da pesquisa e a possibilidade de utilizarem-se mídias nos questionários, como vídeos, imagens ou fotografias.

Entretanto, como desvantagem Stabile (2012) aponta a dúvida de se a amostra é representativa da população, uma vez que é impossível saber qual é a população de possíveis respondentes.

Da mesma forma, o formato do questionário é importante para a qualidade das respostas. Não devem existir muitas alternativas nas questões, pois o usuário pode não ler as últimas alternativas e escolher as primeiras (STABILE, 2012).

Tendo isto em vista, o questionário elaborado para esta pesquisa (disponível no Anexo 1) contém, sempre que possível, perguntas com apenas duas opções de respostas e possui algumas poucas questões abertas, ou seja, aquelas em que o responde escreve sua resposta.

Stabile (2012) destaca uma discussão importante sobre a confecção de um questionário online: se ele é feito pergunta a pergunta ou em apenas uma página. De acordo com o autor não há um consenso quanto a este “critério”. Aqui, o questionário foi dividido em quatro páginas, cada uma contendo um tema geral específico.

Por fim, Stabile (2012) aponta que o “custo” de uma resposta para um questionário online é uma relação de quanto o usuário precisa ler e responder a alguma questão. Dessa forma, será mais difícil obter uma resposta se o questionário demandar muito tempo para o usuário ler a pergunta e, principalmente, se ele precisa usar o teclado – além do mouse – para responder. Galesic e Bosnjak (2009, Apud Stabile, 2012) apontam que é preferível fazer com que o responde não tenha que digitar ao longo do questionário.

4.4 A pesquisa online aplicada e o Questionário

A pesquisa realizada não é probabilística e não pretende ser uma amostra representativa da população, consideramos então que a amostra da pesquisa é de conveniência (em que o pesquisador seleciona membros da população mais acessíveis – no caso desta pesquisa os usuários do Facebook e que possuem acesso a determinados grupos escolhidos já

citados). A pesquisa online foi aberta, ou seja, não havia controle de quem respondia ao questionário e também foi divulgada através de uma lista de e-mails pessoal.

O questionário foi elaborado visando responder às perguntas da pesquisa. Foram elaboradas 23 questões, distribuídas em quatro páginas de acordo com o “tema geral” de cada bloco de questões.

Tabela 2 – Divisões dos blocos temáticos do questionário

| Tema | Descrição | Questões |
|---|--|-------------------|
| Perfil sócio econômico | Sexo, idade, renda familiar, ocupação. | Questões 02 à 05. |
| Perfil político e participativo antes das manifestações | Perguntas sobre a participação em protestos e manifestações ou movimentos organizados ou assembleias, ocupações, acampamentos e similares no período anterior às manifestações. | Questões 06 à 08. |
| Perfil político e participativo depois das manifestações | Perguntas sobre a participação em protestos e manifestações ou movimentos organizados ou assembleias, ocupações, acampamentos e similares no período posterior às manifestações. Opinião sobre os possíveis efeitos dos protestos. | Questões 09 à 15. |
| Opinião e utilizações dos meios de participação política | Perguntas sobre a opinião acerca de outros meios de participação além do voto. Opinião sobre as formas de participação através das redes sociais virtuais. Opinião sobre a participação política pessoal como cidadão. | Questões 16 à 23. |

Fonte: Elaboração própria

O questionário possuía apenas quatro páginas para que cada página ficasse curta e trouxesse a sensação de rapidez ao respondente (ver Anexo 1). Dessa forma, caso o usuário abandonasse a pesquisa o sistema já teria salvo algumas respostas.

Assim como para Stabile (2012), esta pesquisa teve que enfrentar o problema dos questionários abandonados. De acordo com Stabile (2012), existem, usualmente, dois tipos de abandono: um em que o usuário ainda não começou a responder, apenas visualizou a primeira página e resolve não dar início às repostas, o segundo trata do abandono ao longo do questionário, que pode ocorrer porque o respondente pode considerar o questionário longo, porque se desconectou da internet ou porque se esqueceu de continuar.

4.5 Os resultados

A pesquisa contou com 199 respondentes, sendo 109 através do Facebook e 90 através de um web link. Entretanto, para a análise nem todas as respostas foram consideradas – sendo que a maioria dos questionários descartados apresentou apenas a primeira página respondida.

Tabela 3 – Quantidade de respostas por coletor

| Coletor | Respostas | Período |
|-------------------------------|------------------|-------------------------|
| Web link | 90 | 17/09/2014 a 12/10/2014 |
| Publicação no Facebook | 109 | 17/09/2014 a 12/10/2014 |

Fonte: dados da pesquisa

O questionário tinha quatro páginas e algumas questões obrigatórias. Foram desconsiderados 29 questionários que (i) foram respondidos apenas na primeira página ou (ii) não foram completamente respondidos, impossibilitando a análise comparativa das respostas (principalmente as perguntas da página dois com a página três).

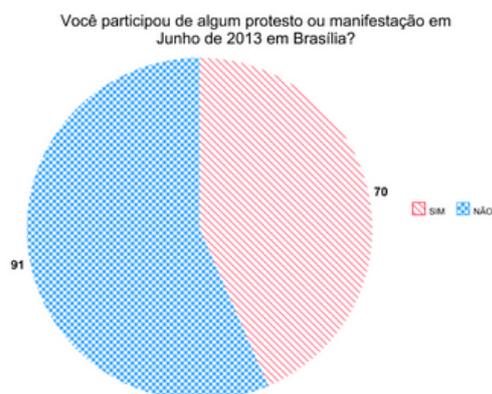
A decisão de desconsiderar esta quantidade de questionários se deu ao fato de que o objetivo aqui é traçar uma análise comparativa de dois períodos – o período anterior às manifestações e o período posterior – ou seja, se uma pessoa responde apenas as perguntas quanto ao período anterior não é possível comparar as respostas com o período posterior. Foram analisados, portanto, 170 questionários.

Nesta seção, portanto, serão apresentados e analisados os dados coletados na pesquisa, visando responder às perguntas feitas no início deste trabalho. Serão apresentados, primeiramente, os dados sobre o perfil dos respondentes. Logo depois serão apresentados os dados referentes ao período anterior às manifestações de junho de 2013, para, em terceiro lugar, apresentar os dados do período posterior às manifestações.

Por fim, serão apresentados os dados quanto à opinião dos respondentes sobre questões atuais de participação política, como, por exemplo, o uso das redes sociais virtuais como forma de participação política.

A primeira pergunta do questionário questionava o respondente quanto à sua participação nas Jornadas de Junho em Brasília. Dos 170, 41,18% estavam presentes em pelo menos um dia de manifestação e 53,53% não estavam presentes em nenhum dia. Nove respondentes afirmaram ter participado dos protestos em outras cidades, sendo seis em São Paulo, um em Fortaleza, um em Goiânia e um em Porto Alegre.

Gráfico 5 – Você participou de algum protesto ou manifestação em junho de 2013 em Brasília?

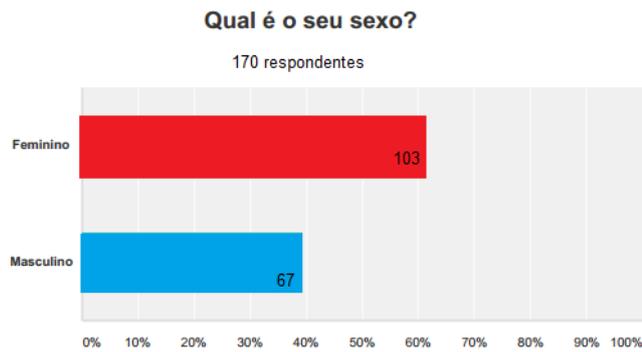


Fonte: dados da pesquisa

4.5.1 Perfil Socioeconômico

De acordo com a pesquisa, 60,59% das respondentes são mulheres, enquanto 39,41% dos respondentes são homens. Quando observamos apenas as pessoas que participaram das manifestações em Brasília (70), esta diferença é menor, sendo 58,57% mulheres e 41,43% homens.

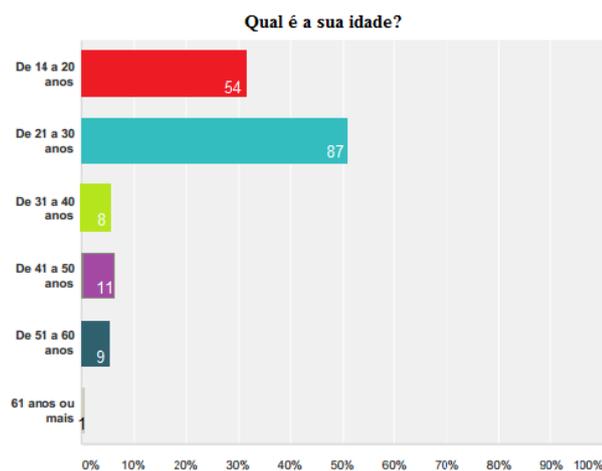
Gráfico 6 – Sexo dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa

Dos 170 que responderam ao questionário, a maioria – 51,18% - possui entre 21 e 30 anos. A soma das pessoas acima de 31 foi de apenas 29 pessoas, ou seja, 17,06% dos respondentes. Quanto às pessoas que participaram das manifestações em Brasília a diferença de faixa etária se dá de forma ainda mais desproporcional: 68,57% estão entre os 21 e 30 anos, enquanto apenas 7,15% das pessoas acima de 31 anos participaram dos protestos em Brasília:

Gráfico 7 – Idade dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à renda familiar, dos 170 respondentes, a maioria – 78,82% - recebe mais de cinco salários mínimos. O resultado não é muito diferente quando limitamos apenas àqueles que participaram dos protestos em Brasília, sendo que 78,58% destes também possuem renda familiar acima de cinco salários mínimos.

Gráfico 8 – Renda Familiar

| Renda Familiar | Respostas | |
|---|-----------|------------|
| Menos de 1 (um) salário mínimo | 2,35% | 4 |
| Entre 1 (um) e 5 (cinco) salários mínimos | 18,82% | 32 |
| Entre 5 (cinco) e 10 (dez) salários mínimos | 24,12% | 41 |
| Entre 10 (dez) e 15 (quinze) salários mínimos | 25,29% | 43 |
| Entre 15 (quinze) e 20 (vinte) salários mínimos | 12,35% | 21 |
| Mais de 20 salários mínimos | 17,06% | 29 |
| Total | | 170 |

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados apresentados quanto à idade ou faixa etária poderiam ser atribuídos ao fato de que a pesquisa foi divulgada de forma mais significativa na rede social virtual Facebook e entre colegas estudantes da Universidade de Brasília. Entretanto, a pesquisa realizada pelo IBOPE com 2002 manifestantes em oito capitais brasileiras apontam a mesma tendência de resultados – 63% possuem entre 14 e 29 anos e quanto a renda familiar, 49% possuem renda familiar acima de cinco salários mínimos (ver Anexo 3).

Dessa forma, podemos afirmar que os protestos foram essencialmente constituídos por jovens da classe média brasileira, que expressaram as demandas de uma classe mais escolarizada e com um maior poder aquisitivo.

4.5.2 Perfil político e participativo antes das manifestações

Este bloco visou identificar o perfil político e participativo dos indivíduos no período anterior às manifestações. Contou com três simples perguntas, questionando a participação política em (a) Protestos ou manifestações; (b) Movimentos organizados (como, por exemplo, movimentos sociais, grupos políticos, partidos políticos, entidades estudantis, sindicatos); (c) Assembleias, ocupações, acampamentos e/ou eventos similares.

Das pessoas que participaram das Jornadas de Junho de 2013 em Brasília (n=70):

- a) 68,57% já haviam participado de algum protesto ou manifestação
- b) 22,86% já haviam participado de algum movimento organizado
- c) 32,86% já haviam participado de assembleias, ocupações, acampamentos e/ou eventos similares.

Das pessoas que participaram das Jornadas de Junho em outras cidades (n=9):

- a) 55,56% já haviam participado de algum protesto ou manifestação

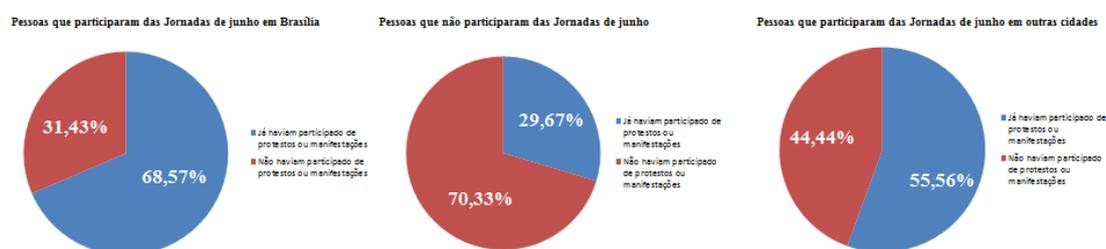
- b) 11,11% já haviam participado de algum movimento organizado
- c) 22,22% já haviam participado de assembleias, ocupações, acampamentos e/ou eventos similares.

Das pessoas que não participaram das Jornadas de Junho de 2013 (n=91):

- a) 29,67% já haviam participado de algum protesto ou manifestação
- b) 14,29% já haviam participado de algum movimento organizado
- c) 15,38% já haviam participado de Assembleias, ocupações, acampamentos e/ou eventos similares.

Chama atenção a diferença quanto à participação em protestos ou manifestações antes das Jornadas de Junho nos diferentes grupos de pessoas:

Imagem 1 – Gráficos comparativos das pessoas que já haviam participado de protestos ou manifestações



Fonte: Dados da pesquisa

Enquanto 68,57% das pessoas que participaram das manifestações em junho de 2013 em Brasília e 55,56% das que participaram em outras cidades já haviam participado de outros protestos ou manifestações, apenas 29,67% das pessoas que não participaram das Jornadas, já haviam participado de algum protesto ou manifestação no período anterior.

Podemos concluir então que as pessoas que participaram das Jornadas de Junho, seja em Brasília seja em outras cidades, em sua maioria, já possuíam um histórico de participação em protestos e/ou manifestações. Esse achado também coincide com os resultados da pesquisa do Ibope, que mostrou que 54% dos 2002 entrevistados já haviam participado de manifestações, enquanto 46% participavam pela primeira vez (IBOPE, 2013).

4.5.3 Perfil político e participativo depois das manifestações

Da mesma forma que o bloco anterior de questões, este bloco contou com três perguntas questionando a participação política em: (a) Protestos ou manifestações; (b) Movimentos organizados (como, por exemplo, movimentos sociais, grupos políticos, partidos

políticos, entidades estudantis, sindicatos); (c) Assembleias, ocupações, acampamentos e/ou eventos similares.

Das pessoas que participaram das Jornadas de Junho de 2013 em Brasília:

- a) 37,14% participaram de algum outro protesto ou manifestação depois das Jornadas de Junho
- b) 25,71% passaram a participar de algum movimento organizado
- c) 25,71% participaram de alguma assembleia, ocupação, acampamentos e/ou eventos similares.

Das pessoas que participaram das Jornadas de Junho em outras cidades:

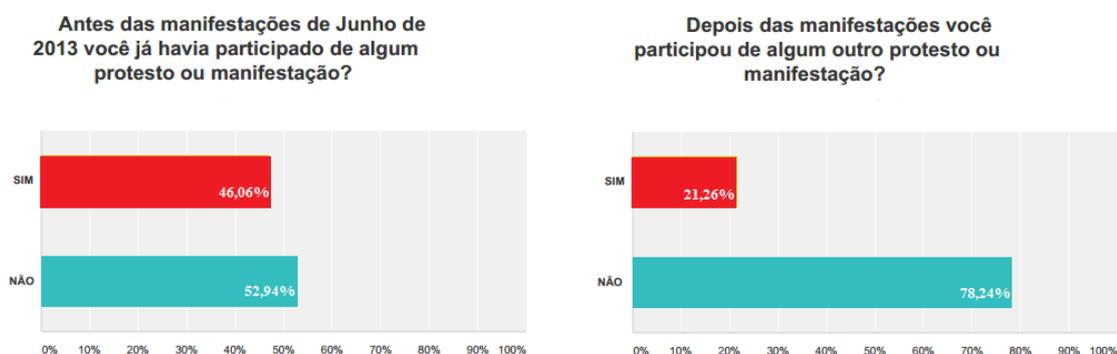
- a) 66,67% participaram de algum outro protesto ou manifestação depois das Jornadas de Junho
- b) 100% não passaram a participar de algum movimento organizado
- c) 33,33% participaram de alguma assembleia, ocupação, acampamento e/ou eventos similares.

Das pessoas que não participaram das Jornadas de Junho de 2013:

- a) 5,49% participaram de algum protesto ou manifestação depois das Jornadas de Junho
- b) 5,49% passaram a participar de algum movimento organizado
- c) 3,30% participaram de alguma assembleia, ocupação, acampamento e/ou eventos similares.

Quando observamos os dados sobre participação em protestos e manifestações nos dois períodos observados, vemos que a participação no período posterior é menor que a participação no período anterior, como apresenta a imagem 2.

Imagem 2 – Gráficos quanto à participação em protestos/manifestações antes e depois.



Fonte: Dados da pesquisa

Esta tendência ocorreu para quase todos os outros tipos de participação política questionados, ou seja, a participação política no período anterior às manifestações foi maior que a participação política no período posterior, com algumas poucas exceções.

Foi diferente o resultado quando isolamos o grupo que participou das Jornadas de Junho em outras cidades. Destes:

- 55,56% já haviam participado de algum protesto ou manifestação;
- 66,67% participaram de algum protesto ou manifestação depois das Jornadas de Junho.
- 22,22% já haviam participado de assembleias, ocupação, acampamentos e/ou eventos similares;
- 33,33% participaram de alguma assembleia, ocupação, acampamento e/ou eventos similares no período posterior às Jornadas de Junho.

Quanto ao grupo de pessoas que participaram das Jornadas de Junho em Brasília, 25,71% passaram a participar de algum movimento organizado, enquanto 22,86% já haviam participado antes das manifestações. Observamos então que, para este grupo, a participação em movimentos organizados teve um pequeno aumento, também apresentando um resultado diferente dos demais grupos.

É expressiva a diferença entre as pessoas que participaram das Jornadas de Junho em Brasília ou outras cidades e as que não participaram quanto à participação política no período posterior às manifestações. Observa-se que a maioria das pessoas que não participaram das Jornadas de Junho, também não participaram politicamente de alguma forma no período posterior. É interessante observar que antes das manifestações estas pessoas participaram, consideravelmente, mais do que no período posterior, mas isso pode se dar ao fator do tempo, não se sabe quanto tempo antes das manifestações estas pessoas participaram de alguma forma, e o tempo posterior é curto, considerando que esta pesquisa foi feita após um ano dos acontecimentos.

Entretanto, também foi questionado se a pessoa havia sido convidada para participar de alguma reunião ou assembleia que tivesse como objetivo dar seguimento às demandas dos protestos, dos 170 respondentes:

- 68,24% não receberam algum convite para este tipo de evento

- 31,76% foram convidados.

Quando questionado se caso a pessoa tenha começado a fazer parte de algum movimento organizado depois das manifestações, ela ainda participava no momento em que respondia ao questionário, dos que começaram a participar de algum movimento organizado no período posterior às manifestações, 73,91% afirmaram ainda participar e apenas 26,09% não participavam mais de algum movimento organizado.

Os respondentes também foram indagados quanto à crença nos efeitos das manifestações para a política ou para o governo, de forma que os representantes tenham tomado alguma atitude para atender às demandas da população. Dos 170 respondentes, 47,65% não acreditam nestes possíveis efeitos:

Gráfico 9 – Crença nos possíveis efeitos das manifestações para a política/governo

| Você acredita que as manifestações tenham surtido algum efeito [...]? | Respostas | |
|---|-----------|------------|
| SIM | 41,76% | 71 |
| NÃO | 47,65% | 81 |
| Não sei | 10,59% | 18 |
| Total | | 170 |

Fonte: Dados da pesquisa

Quando separamos esta opinião por grupos observamos que o grupo de pessoas que estava presente nas manifestações de Junho de 2013 em Brasília acredita mais nos efeitos destas do que o grupo de pessoas que não esteve presente nas Jornadas de Junho. Quanto ao grupo de pessoas que participaram das Jornadas, mas em outras cidades o resultado ficou empatado.

Das pessoas que participaram das Jornadas de Junho em Brasília

Gráfico 10 – Crença nos possíveis efeitos das manifestações daqueles que participaram das Jornadas de Junho em Brasília

| Você acredita que as manifestações tenham surtido algum efeito [...]? | Respostas | |
|---|-----------|----|
| SIM | 48,57% | 34 |
| NÃO | 37,14% | 26 |
| Não sei | 14,29% | 10 |
| Total | | 70 |

Fonte: Dados da pesquisa

Das pessoas que participaram das Jornadas de Junho em outras cidades

Gráfico 11 – Crença nos possíveis efeitos das manifestações daqueles que estavam presentes nas Jornadas de Junho em outras cidades

| Você acredita que as manifestações tenham surtido algum efeito [...]? | Respostas | |
|---|-----------|---|
| SIM | 44,44% | 4 |
| NÃO | 44,44% | 4 |
| Não sei | 11,11% | 1 |
| Total | | 9 |

Fonte: Dados da pesquisa

Das pessoas que não participaram das Jornadas de Junho

Gráfico 12 – Crença nos possíveis efeitos das manifestações daqueles que estavam presentes nas Jornadas de Junho em outras cidades

| Você acredita que as manifestações tenham surtido algum efeito [...] ? | Respostas | |
|--|-----------|----|
| SIM | 36,26% | 33 |
| NÃO | 56,04% | 51 |
| Não sei | 7,69% | 7 |
| Total | | 91 |

Fonte: Dados da pesquisa

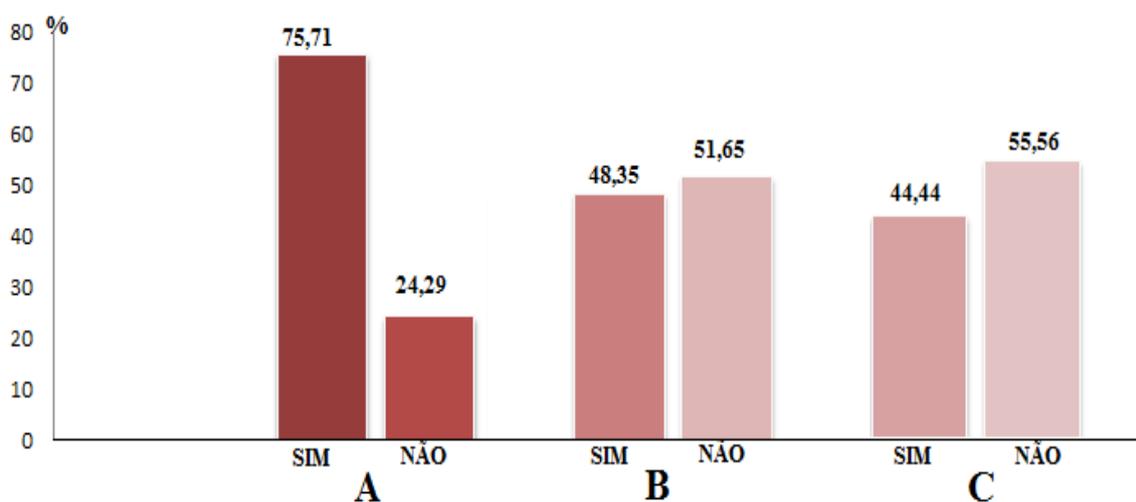
A pesquisa realizada pelo IBOPE, já citada acima, apontou que 94% acreditavam que as manifestações trariam as mudanças reivindicadas. Com esta pesquisa, um ano após os

acontecimentos observa-se que o número de pessoas que acreditavam nas mudanças reduziu quase que pela metade.

Por fim, a última pergunta deste bloco de questões indagava os respondentes quanto à sua participação política no período posterior às manifestações. Dos 170 respondentes, 59,41% afirmaram que sim, passaram a participar mais da vida política do país após as manifestações.

Quando isolamos o grupo das pessoas que participaram das Jornadas de Junho em Brasília, o número de pessoas que afirmaram ter passado a participar mais da vida política do país após as manifestações aumenta para 75,71%:

Gráfico 13 – Comparativo entre os três grupos de respondentes quanto à participação da vida política após as manifestações



Legenda

A = pessoas que estavam presentes nas Jornadas de Junho em Brasília

B = pessoas que não estavam presentes nas Jornadas de Junho

C = pessoas que estavam presentes nas Jornadas de Junho em outras cidades

Fonte: Dados da pesquisa

4.5.4 Opinião e utilização dos meios de participação política online

Este bloco de questões contava com oito perguntas sobre participação política, visando entender como os indivíduos veem a participação política no mundo informatizado e globalizado em que estamos vivendo.

Dos respondentes, 48,82% acreditam que o voto é o meio mais importante de participação da população na política. Entretanto, outros 47,65% afirmam que não, o voto não é o meio mais importante de participação, e 3,53% afirmaram não saber.

Ao isolar o resultado de cada grupo (participaram das manifestações; não participaram das manifestações; participaram em outras cidades) observou-se uma grande diferença de opiniões quantos aos dois primeiros grupos. Dos que participaram das Jornadas de Junho em Brasília, 62,86% não acreditam que o voto seja o meio mais importante de participação política. Já no grupo de pessoas que não participaram dos protestos, 61,54% acreditam que sim, o voto é o meio mais importante de participação.

Este resultado nos permite visualizar uma grande diferença de opinião entre as pessoas que, de certa forma, podemos considerar mais ativas politicamente por terem participado das manifestações e as pessoas que não participaram.

Quanto ao uso das redes sociais virtuais – através dos atos de curtir, compartilhar, comentar – como forma de participação política, 71,76% afirmaram que sim, consideram estes meios uma forma de participar politicamente.

Mais uma vez os grupos apresentaram resultados diferentes. Em todos os grupos a resposta “sim” foi maioria, mas nos grupos de pessoas que participaram das Jornadas de Junho esta proporção é maior (81,43% no grupo que participou em Brasília e 88,89% no grupo que participou em outras cidades) do que no grupo que não participou dos protestos. Neste último, 62,64% responderam “sim”.

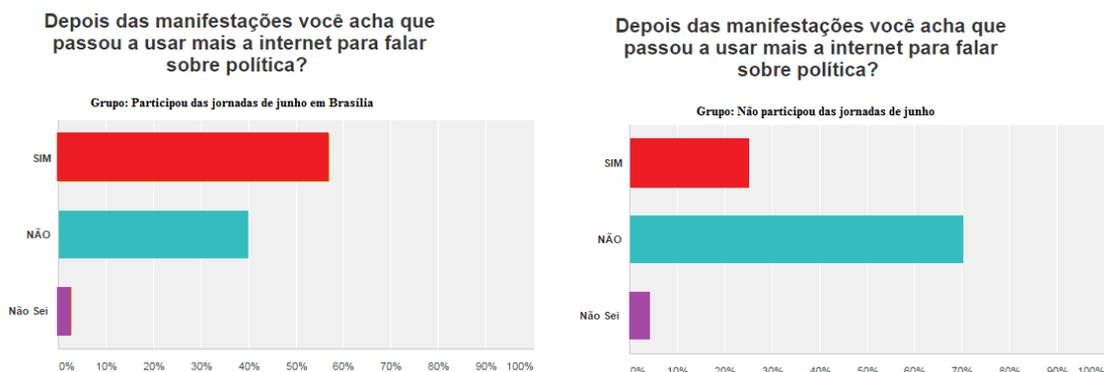
Quando indagados sobre a importância das redes sociais da internet para a participação política, 52,35% concordaram com esta afirmação, 25,29% concordaram totalmente e 15,29% não concordam e nem discordam da afirmação.

O grupo de pessoas que não estavam presentes nas manifestações foi o único que apresentou uma porcentagem de pessoas que discordam totalmente desta afirmação – 4,40%. Já o grupo que participou das manifestações em Brasília apresentou maior proporção de pessoas que concordam plenamente com a afirmação acima – 35,71%.

A quarta pergunta deste bloco indagava os indivíduos quanto ao uso da internet para falar sobre política no período posterior às manifestações, os resultados foram bem distintos

entre os grupos, observamos que a maioria das pessoas que estavam presentes nas manifestações utilizaram a internet para falar sobre política depois dos acontecimentos.

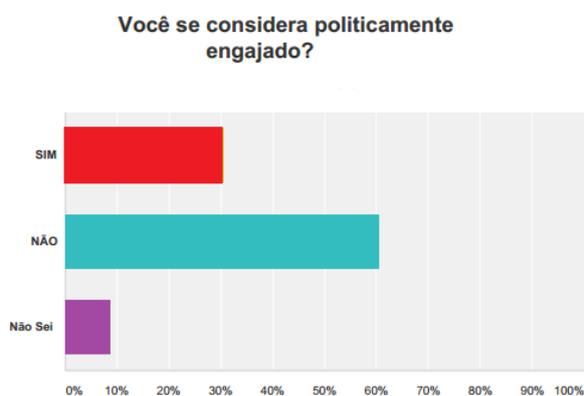
Imagem 3 – Comparativo entre as pessoas que participaram das manifestações em Brasília e as pessoas que não participaram quanto ao uso da internet após as manifestações.



Fonte: Dados da pesquisa

A grande maioria dos respondentes acredita que deveriam existir outras formas de participação política direta além do voto – 90,59%. Do grupo de pessoas que não participaram das manifestações, 87,91% das pessoas acreditam nesta afirmação, este foi o grupo que apresentou uma maior divergência de opiniões. Nos outros dois grupos – de pessoas que participaram das jornadas de junho – a quantidade de pessoas que acreditam na afirmação acima se aproximou dos 100% do grupo de Brasília e no grupo de pessoas das outras cidades foi de 100%

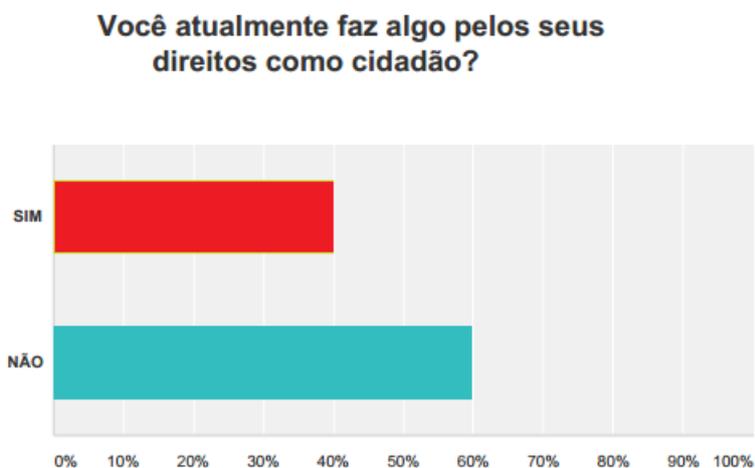
Gráfico 14 – Engajamento político dos respondentes



Fonte: Dados da Pesquisa

Podemos observar no gráfico 15 que 60,59% dos respondentes não se consideram politicamente engajados, enquanto 60% (gráfico 14) acreditam que fazem algo pelos seus direitos como cidadãos. Este resultado mostra que para alguns indivíduos não há uma relação entre “ser politicamente engajado” e “fazer algo pelos direitos”.

Gráfico 15 – Luta pelos direitos como cidadão dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa

Por fim, 67,75% dos respondentes não creem que os governantes/representantes são os principais responsáveis pela transformação, para melhor, do Brasil. Este resultado indica que a maioria dos indivíduos reconhecem seu papel para as transformações de um país, não creditando toda a responsabilidade naqueles que estão no poder.

4.6 Principais Achados

O principal achado desta pesquisa é que a maioria das pessoas que participaram das Jornadas de Junho já havia participado de outros protestos e manifestações, ou seja, já possuíam um histórico de lutas.

Depois das Jornadas de Junho uma minoria passou a participar de alguma forma, seja por protestos e manifestações, seja através de movimentos organizados ou assembleias, ocupações e outros. Este resultado só foi diferente quando isolamos o grupo de pessoas que

participou dos protestos em outras cidades. Destes 66,7% participaram de outros protestos e manifestações após as Jornadas.

Observa-se que a participação política dentre aqueles que não participaram das Jornadas de Junho é extremamente baixo independente do meio em questão, todos os percentuais giram em torno de 5%.

Ao observar toda a amostra de 170 respondentes quando à participação em protestos e manifestações anterior e posteriormente às Jornadas de Junho, identificamos que a participação política no período posterior é menor que a participação no período anterior, na medida em termos de que este resultado pode ter sido influenciado pela variável “tempo”, de forma que, não se sabe quanto tempo antes os indivíduos participaram e o tempo posterior se restringe a cerca de um ano.

Entretanto, há diferenças interessantes se consideramos os três grupos analisados. O resultado foi diferente no grupo de pessoas que participaram das Jornadas de Junho em outras cidades. Destes, 55,56% já haviam participado de algum protesto ou manifestação e 66,67% participaram no período posterior. Da mesma forma, 22,22% já haviam participado de assembleias, ocupações e eventos similares, e 33,33% participaram no período posterior.

Outra exceção foi observada no grupo de pessoas que participaram das Jornadas de Junho em Brasília. Destes, 25,71% passaram a participar de algum movimento organizado, enquanto 22,86% já haviam participado antes das manifestações.

Outro achado desta pesquisa remete-se à diferença entre as pessoas que participaram das Jornadas de Junho em Brasília ou outras cidades e as que não participaram quanto à participação política no período posterior às manifestações. Observamos que a grande maioria das pessoas que não participaram das Jornadas de Junho também não participou politicamente de alguma forma no período posterior. É interessante observar que antes das manifestações estas pessoas participaram, consideravelmente, mais do que no período posterior. Mais uma vez há de se considerar que a variável “tempo” pode ter afetado os resultados.

Observamos, também, que as pessoas que participaram das Jornadas de Junho já possuem um histórico de participação em protestos e manifestações, mas o mesmo não acontece quanto à participação em movimentos organizados, assembleias, ocupações e outros. Resultado similar foi apresentado pelas pessoas que não participaram das manifestações de

junho de 2012: 29,67% já haviam participado de protestos, mas o histórico em outras formas de participação é extremamente baixo.

É interessante observar que apenas cerca de metade dos respondentes acreditam que as Jornadas de Junho tenham trazido algum resultado. Quando à época das manifestações, em pesquisa realizada pelo IBOPE, este percentual de pessoas chegava quase à 100% daqueles que se manifestaram. Mesmo quando observamos apenas o percentual de pessoas que acreditam em algum resultado e que estavam presentes nas Jornadas de Junho, este percentual é de apenas, aproximadamente, 48%.

Se por um lado mais da metade dos respondentes afirmaram ter passado a participar mais da vida política do país após as manifestações, sendo que este percentual sobre para 75,71% dos que participaram das manifestações em Brasília, por outro 60% do total de respondentes não se consideram politicamente engajados. Da mesma forma, 60% acreditam que fazem algo pelos seus direitos como cidadão. Dessa forma, observamos que não há uma correlação entre engajamento político e atitudes de participação política, ou seja, não há uma relação entre “ser politicamente engajado” e “fazer algo pelos direitos”.

Mais um achado importante se refere à crença do voto ser o meio mais importante de participação política ou não. Quanto àqueles que participaram das Jornadas de Junho em Brasília, 62,86% não acreditam que o voto tenha esse papel. De modo oposto pensa 61,54% daqueles que não participaram das Jornadas, que afirmaram concordar que o voto é o meio mais importante de participação.

Por fim, quanto ao uso da internet como um meio de participação política observamos que:

- a) A maioria dos respondentes concorda que os atos de curtir, compartilhar e/ou comentar através das redes sociais são formas de participação política. Entretanto, proporcionalmente, as pessoas que participaram das manifestações concordam mais com esta afirmação;
- b) A maioria dos respondentes concorda que as redes sociais da internet são importantes para a participação política. Apenas o grupo de pessoas que não participaram das Jornadas de Junho obteve um percentual de pessoas que discordam totalmente desta afirmação – 4,40%;

- c) A grande maioria dos respondentes acredita que deveriam existir outras formas de participação política direta além do voto – 90,59%. Do grupo de pessoas que não participaram das manifestações, 87,91% das pessoas acredita nesta afirmação, este foi o grupo que apresentou uma maior divergência de opiniões.

Dessa forma, podemos observar que o perfil dos respondentes variou muito entre os que participaram das manifestações e os que não participaram. Estes resultados podem ser, em parte, explicado pela idade dos respondentes, uma vez que o grupo de pessoas que não participaram das manifestações apresentou uma quantidade maior de pessoas acima dos 31 anos de idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusão

Com o objetivo inicial de identificar os impactos dos protestos na atuação política dos indivíduos – mais especificamente, identificar se após as manifestações as pessoas começaram a participar mais de movimentos organizados e analisar se após as manifestações a participação política, principalmente no mundo virtual, aumentou – esta pesquisa trouxe resultado que não eram esperados num primeiro momento.

Reconheço que a amostra da pesquisa não é representativa da população e que não houve tempo para realizar uma análise estatística melhor e mais interessante – este seria o passo seguinte – os questionários poderiam, por exemplo, ser aplicados a mais indivíduos. Mas não se podem desconsiderar os achados.

Em primeiro lugar, não foi possível estabelecer uma relação direta entre as Jornadas de Junho e um aumento de participação política, principalmente através da internet. Os indivíduos que apresentaram uma maior participação política no período posterior às manifestações, já apresentavam um histórico de participação em protestos e manifestações, mesmo que 59,41% das pessoas tenham afirmado que passaram a participar mais da vida política do país depois das manifestações de Junho de 2013.

Em segundo lugar, observou-se que os respondentes não apresentaram uma proximidade de movimentos organizados, pelo contrário, o número de respondentes que participaram antes ou depois das manifestações foi muito baixo. Isso pode apontar para uma falta de representatividade não só dos meios tradicionais, como os partidos ou representantes eleitos, mas também dos movimentos sociais, que por muitas vezes já estão “dentro” do Estado, mas isto é apenas uma hipótese e essa pesquisa não é capaz de apontar como uma afirmação verídica e comprovada ou não.

Em terceiro lugar, concluiu-se que aqueles que participaram das manifestações apresentam opiniões mais flexíveis quanto às novas formas de participação política, principalmente através da internet. Já aqueles que não participaram das manifestações apresentaram opiniões mais tradicionais, creditando ao voto um papel fundamental para o sucesso da participação política. E esta diferença pode ser explicada pela idade, como já foi explicitado no fim da seção anterior.

Dessa forma, podemos observar que a internet tem se destacado como um meio de participação política, usada não só pela sociedade civil como meio de expressar mais livremente sua opinião ou de se organizar, mas também pelas instituições políticas, como a Câmara e o Senado, por exemplo.

Espera-se que com o avanço das tecnologias da informação a internet tenha cada vez mais importância para o avanço da democracia através da participação política da sociedade civil não organizada. A internet pode ser uma ótima solução para a falta de representatividade sentida por esta grande parcela da sociedade – como apresentado por pesquisa do IBOPE em que 89% dos entrevistados não se sentem representados por políticos e 83% não se sentem representados pelos partidos políticos⁹.

Portanto, acredita-se que a sociedade está em um processo de contínua transformação para alcançar uma sociedade mais democrática em que mais pessoas se sintam não só representadas, mas que participem mais diretamente. Assim como trouxe Castells (2014): “as formas de organização espontânea, de deliberação espontânea de articulação da democracia [...], portanto, a aprendizagem de uma futura democracia é feita nessas práticas, e é feita agora”. E a internet tem um papel fundamental neste processo, sendo um meio facilitador para que todo esse processo ocorra ao redor do mundo.

⁹ Ver IBOPE. Levante Popular, 2013. Disponível em <<http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/Infograficos/Paginas/Levante-Popular.aspx>> Acesso em 17 de Novembro de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Camilo de Oliveira. 2011. “*Internet, eleições e participação: questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em campanhas online*”, em: Maia, Rousiley et al (org.s) *Internet e participação política no Brasil*, Porto Alegre: Sulina, cap. 6.

ALMEIDA, Debora Rezende de. “*Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea*”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, nº 50, p. 175-199, 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v22n50/11.pdf>> Acesso em 30 de Novembro de 2014.

ALMEIDA, Valmir Lima de. “*Globalização e participação política*”. 2001. Disponível em <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/valmir.html>> Acesso em 29 de Novembro de 2014.

AMARAL, Roberto.. “*A grande rede e a explosão das ruas*”. In: SOUSA, Cidoval Morais de; SOUZA, Arão de Azevedo. *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. [Livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

CASTELLS, Manuel. “*A sociedade em rede: do conhecimento à Política*”. In: *A Sociedade em Rede: do conhecimento à acção política*. CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (orgs), 2005. Disponível em < <http://biblio.ual.pt/Downloads/REDE.pdf>> Acesso em 24 de Outubro de 2014.

_____. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar. 2013.

_____. “*Movimentos sociais para mudar o mundo*”. Entrevista à Fronteiras do Pensamento. Produção Telos Cultural. Produção Audiovisual Okna Produções. Documentário Um mundo complexo. Direção e Edição Marcio Reolon. Direção de Produção Gina O'Donnell. Tradução Marina Waquil e Francesco Settineri. Publicado em 20 de Outubro de 2014a. Disponível em <<http://www.fronteirasdopensamento.com.br/videos/player/?13,450>>. Acesso em 24 de Outubro de 2014.

_____. “*Redes de indignação e esperança*”. Conferência com Manuel Castells. Fronteiras do Pensamento. Produção Telos Cultural. Conferência Manuel Castells. Edição Sonia Montañó. Finalização Marcelo Allgayer. Tradução Marina Waquil. Publicado em 29 de

Janeiro de 2014b. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=O4h-hrF2ObE>> . Acesso em 24 de Outubro de 2014.

CASSIANO, Adriele Machado. *Ativismo a partir das redes sociais*. Usp – Celacc/eca. 2011. Disponível em <<http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/blacc/article/viewFile/426/373>> Acesso em 27 de Junho de 2014.

CERNEV, Francine Kemmer; CERESER, Cristina Mie Ito. *Surveys baseados na internet: possibilidades e limites para investigação da motivação dos professores de música*. 2010. Disponível em <http://www.academia.edu/2103587/Surveys_baseados_na_internet_possibilidades_e_limites_para_investigacao_da_motivacao_dos_professores_de_musica> Acesso em 27 de Junho de 2014.

CHADWICK, Andrew e Philip N. HOWARD. 2010. “*Introduction. New directions in internet politics research*”. In: Chadwick, Andrew e Philip N. Howard (orgs.) *The Routledge Handbook of Internet Politics*, New York: Routledge, p. 1-9

CHAUÍ, Marilena. “*As manifestações de Junho de 2013 em São Paulo*”. 2013. Disponível em <<http://www.mst.org.br/Marilena-Chau-manifesta%C3%A7%C3%B5es-de-junho-de-2013-em-S%C3%A3o-Paulo>> Acesso em 20 de Outubro de 2014.

CONROY, Meredith et al. 2011. “*Facebook and political engagement: A study of online political group membership and offline political engagement*”. In: *Computers in Human Behavior* n. 28, p. 1535-1546.

DERY, Mark. “*Os dois lados da internet*”. Entrevista à *Fronteiras do Pensamento*. Produção Telos Cultural. Produção audiovisual V2. Documentário Arrobal. Direção Hique Montanari. Montagem Alfredo Barros. Finalização Marcelo Allgaver. Tradução Eduardo Stigger, Marina Waquil e Mathias Eidelwein. Publicado em 31 de Março de 2013. Disponível em <<http://www.frenteirasdopensamento.com.br/videos/player/?13,233>>. Acesso em 24 de Outubro de 2014.

ELLISON, N. B. e BOYD, D. (2013). “*Sociality through Social NetworkSite*”s. In Dutton, W. H. (Ed.), *The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford: Oxford University Press, pág. 151-172.

FERNANDES, Florestan. “*Jornadas de Junho e Revolução Brasileira*”. Disponível em <<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/jornadas-de-junho-e-revolucao-brasileira/>> Acesso em 20 de Outubro de 2014.

FERREIRA, Dinas Enéas. 2012. “*Participação e deliberação: análise do impacto dos usos das novas tecnologias digitais na dinâmica dos orçamentos participativos de Belo Horizonte e Recife*”. Tese de doutorado, UFMG, Belo Horizonte, esp. caps. 2, 3.4, 5.

FOLHA DE SÃO PAULO, 2013. “*Veja as reivindicações levadas às ruas durante as manifestações*”. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298127-veja-as-reivindicacoes-levadas-as-ruas-durante-manifestacoes.shtml>> Acesso em 29 de Outubro de 2014.

G1. *Manifestações pelo Brasil*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>>. Acesso em: 27 de Junho de 2014.

_____. “*Protestos pelo país têm 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos*”. Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html>> Acesso em 01 de Novembro de 2014.

_____. “*Resultados das Manifestações: como os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário reagiram às demandas dos manifestantes nas ruas*”. Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/manifestacoes-lista-resultados-2013/platb/>> Acesso em 01 de Novembro de 2014.

_____. “*Resultados das Manifestações de Junho*”. Edição de Leo Aragão e Gustavo Miller. Reportagem de Ana Carolina Moreno. Design de Dalton Soares, Daniel Rocha e Elvis Martuchelli. Desenvolvedores Rafael Soares e Thiago Bittencourt. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&sqi=2&ved=0CDYQFjAD&url=http%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Fbrasil%2Flinha-tempo-manifestacoes-2013%2Fplatb%2F&ei=TilIVP39EK3ksASmmoHYCA&usg=AFQjCNHyB2KzIJ_reo27-S2CRifSXDfi3w&sig2=JMcCMijAfIFLfteOKvbylw&bvm=bv.77880786,d.eXY> Acesso em 21 de Outubro de 2014.

GOMES, Wilson. 2011. “*Participação política online: questões e hipóteses de trabalho*”. In: Maia, Rousiley et al (org.s) Internet e participação política no Brasil, Porto Alegre: Sulina, cap. 1.

GREGOLIM, Maíra Valencise. “*Vozes Nômades: Ativismo transmídia e mobilizações sociais*”. Revista Geminis, ano 3, nº 01, 2012. Disponível em <<http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/issue/view/4>> Acesso em 25 de Outubro de 2014.

IBOPE. “*Levante Popular*”, infográfico, 2013. Disponível em <<http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/Infograficos/Paginas/Levante-Popular.aspx>> Acesso em 29 de Outubro de 2014.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. 2011. “*Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política*”. In: Maia, Rousiley et al (org.s) Internet e participação política no Brasil, Porto Alegre: Sulina, cap. 2.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil. 2011. “*Participação, instituições políticas e internet: um exame dos canais participativos presentes nos Portais da Câmara e da Presidência do Brasil*”, em: Maia, Rousiley et al (org.s) Internet e participação política no Brasil, Porto Alegre: Sulina, cap. 3.

MESSEMBERG, Débora. “*O Paradoxo da Democracia: a participação política dos alunos das Universidade de Brasília*”. ANPOCS, 2014.

Mídia Ninja. Disponível em <<https://ninja.oximity.com/>> . Acesso em 24 de Outubro de 2014.

MOREIRA, Orlandil de Lima; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. “*Vem prá rua: os protestos de junho*”. In: SOUSA, Cidoval Morais de; SOUZA, Arão de Azevedo. Jornadas de junho: repercussões e leituras. [Livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

NOVAES, Marlene. “*A respeito das manifestações ocorridas no Brasil: movimentos sociais baseados em rede ou o que diz a voz do povo*”. Disponível em: <<http://espacoacademico.wordpress.com/2013/06/25/a-respeito-das-manifestacoes-ocorridas-no-brasil-movimentos-sociais-baseados-em-rede-ou-o-que-diz-a-voz-do-povo/>>. Acesso em: 27 de Junho de 2014.

Observatório da Imprensa. Objetivos. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/pages/oiobjetivos>> Acesso em 03 de Novembro de 2014.

Prefeitura de Porto Alegre. Funcionamento Geral do Orçamento Participativo. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=15> . Acesso em 24 de Outubro de 2014.

RECUERO, Raquel. “A Nova Revolução – as redes são as mensagens”. In: Para Entender as Mídias Sociais. Org. BRANBILLA, Ana. E-book, 2011.

SANTOS. “Pessoas conectadas podem mudar o mundo? Uma abordagem sistêmica baseada na teoria das redes para a modelagem de ações coletivas”. Revista Geminis, ano 3 nº 01, 2012. Disponível em < file:///C:/Users/Dell/Downloads/98-304-2-PB.pdf> Acesso em 25 de Outubro de 2014.

SILVA, Sérgio Barbosa dos Santos. “É possível a internet alavancar novos canais de participação política?”. 2014. Disponível em <<file:///C:/Users/Dell/Downloads/Artigo%20PIBIC%202013-2014.pdf>> Acesso em 02 de Novembro de 2014.

SILVA, Carolina Moro da; BRIGNOL, Liliane Dutra. “Redes sociais online e mobilização: usos do Facebook para ações coletivas no caso da Boate Kiss, em Santa Maria-RS”. Universidade Federal do Paraná: Ação Midiática, nº 6, ano 2013. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/acaomidiatica/article/view/34351/21925>> Acesso em 26 de Junho de 2014.

SINGER, André. “Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas”. Novos Estudos – CEBRAP. Nº 97, Novembro de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-330020130003000003&script=sci_arttext&tlng=p> Acesso em 15 de Outubro de 2014.

STABILE, Max. *Democracia Eletrônica para quem? Quem são, o que querem e como os cidadãos avaliam o portal da Câmara dos Deputados*. Brasília: UNB, 2012.

VALENZUELA, Sebastián. 2013. “*Unpacking the use of social media for protest behavior: the roles of information, opinion expression, and activism*”. In: *American Behavioral Scientist*, 57(7), p. 920-942.

VITAGLIANO, Luis Fernando. *Jornadas de Junho: três enganos e uma hipótese*. 2013. Disponível em <<http://outraspalavras.net/brasil/jornadas-de-junho-tres-enganos-e-uma-hipotese/>> Acesso em 19 de Outubro de 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 – Questionário Aplicado

I – MODELO DA PÁGINA ONLINE DO QUESTIONÁRIO

O Gigante voltou a dormir?
Questionário elaborado para pesquisa de conclusão do curso de Ciência Política pela Universidade de Brasília.
Aluna: Luiza de Barros

Sobre você:

114  25%

*** 1. Você participou de algum protesto ou manifestação em Junho de 2013 em Brasília ?**

SIM

NÃO

Não, mas participei em outra cidade. Qual?

*** 2. Qual é o seu sexo?**

Feminino

Masculino

*** 3. Qual é a sua idade?**

De 14 a 20 anos

De 21 a 30 anos

De 31 a 40 anos

De 41 a 50 anos

De 51 a 60 anos

61 anos ou mais

*** 4. Qual é a sua renda familiar?**

Menos de 1 (um) salário mínimo

Entre 1 (um) e 5 (cinco) salários mínimos

Entre 5 (cinco) e 10 (dez) salários mínimos

Entre 10 (dez) e 15 (quinze) salários mínimos

Entre 15 (quinze) e 20 (vinte) salários mínimos

Mais de 20 salários mínimos

II – QUESTIONÁRIO APLICADO

I. Bloco: PERFIL

P01. Você participou das manifestações de Junho de 2013 em Brasília?

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Não, mas participei em outra cidade.
- (4) [condição para quem respondeu (3)] Qual?

P02. Qual é o seu sexo?

- (1) Feminino (2) Masculino

P03. Qual é a sua idade?

- () De 14 a 20 anos
- () De 21 a 30 anos
- () De 31 a 40 anos
- () De 41 a 50 anos
- () De 51 a 60 anos
- () 61 anos ou mais

P04. Qual é a sua renda familiar?

- () Menos de um salário mínimo
- () Entre 1 (um) e 5 (cinco) salários mínimos
- () Entre 5 (cinco) e 10 (dez) salários mínimos
- () Entre 10 (dez) e 15 (quinze) salários mínimos
- () Entre 15 (quinze) e 20 (vinte) salários mínimos
- () Mais de 20 salários mínimos.

P05. Você trabalha?

- () Sim () Não

II. Bloco: PERFIL POLÍTICO E PARTICIPATIVO ANTES DAS MANIFESTAÇÕES

P06. Antes das manifestações de Junho de 2013 você já havia participado de algum protesto ou manifestação?

- () Sim () Não

P07. Antes das manifestações você já participou ou participava de algum movimento organizado (movimentos sociais, grupos políticos, partidos políticos, entidades estudantis, sindicatos, outros)?

- () Sim () Não () Se sim, qual (is)?

P08. Antes das manifestações você já havia participado de assembleias, ocupações, acampamentos e/ou outros “eventos” similares?

- () Sim () Não () Se sim, qual (is)?

III. Bloco: PERFIL POLÍTICO E PARTICIPATIVO DEPOIS DAS MANIFESTAÇÕES

P09. Depois das manifestações, você passou a participar de algum movimento organizado (movimentos sociais, grupos políticos, partidos políticos, entidades estudantis, sindicatos, outros)?

- () Sim () Não () Se sim, qual (is)?

P10. Depois das manifestações você participou de algum outro protesto ou manifestação?

- () Sim () Não

P11. Depois das manifestações você participou de alguma assembleia, ocupação, acampamento ou outros “eventos” similares?

Sim Não Se sim, qual (is)?

P12. Depois das manifestações você foi convidado para participar de alguma reunião ou assembleia que tivesse como objetivo dar seguimento às demandas dos protestos?

Sim Não Se sim, qual (is)?

P13. Ainda considerando o período posterior às manifestações, caso você tenha começado a fazer parte de algum movimento organizado, você ainda participa hoje?

Sim Não

P14. Você acredita que as manifestações tenham surtido algum efeito na política ou no governo, de forma que os representantes tenham tomado alguma atitude para atender às demandas da população?

Sim Não

P15. Você passou a participais mais da vida política do país após as manifestações?

Sim Não

IV. Bloco: Opinião e utilização dos meios de participação online

P16. Você acha que o voto é o meio mais importante de participação da população na política?

Sim Não Não sei

P17. Você considera os atos de curtir, compartilhar, comentar ou escrever nas

redes sociais virtuais (Facebook, Twitter, outros) como uma forma de participação política?

Sim Não Não sei

P18. Na sua opinião, as redes sociais da internet são importantes meios para a participação política?

(1) Discordo totalmente

(2) discordo

(3) nem discordo, nem concordo

(4) concordo (5) concordo plenamente

P19. Depois das manifestações você acha que passou a usar mais a internet para falar sobre política?

Sim Não Não sei

P20. Você acredita que deveriam existir outras formas de participação política direta além do voto?

Sim Não Não sei

P21. Você se considera politicamente engajado?

Sim Não Não sei

P22. Você crê que os governantes/representantes são os principais responsáveis pela transformação, para melhor, do Brasil?

Sim Não Não sei

P23. Você atualmente faz algo pelos seus direitos como cidadão?

Sim Não Se sim, o que?

ANEXO 2 – RESULTADOS DA PESQUISA

I. BLOCO: PERFIL

Tabela 04 – Pergunta P01: Participação nas manifestações de Junho de 2013

| | Proporção | Frequência |
|--|-----------|------------|
| SIM | 41,18% | 70 |
| NÃO | 53,53% | 91 |
| Não, mas participei em outra cidade. Qual? | 5,29% | 9 |
| Total | | 170 |

| # | Não, mas participei em outra cidade. Qual? |
|---|--|
| 1 | Fortaleza |
| 2 | Goiânia |
| 3 | São Paulo |
| 4 | São Paulo |
| 5 | São Paulo |
| 6 | São Paulo |
| 7 | São Paulo |
| 8 | porto alegre-rs |
| 9 | São Paulo |

Tabela 05 – Pergunta P02: Sexo dos respondentes

| | Proporção | Frequência |
|--------------|-----------|------------|
| Feminino | 60,59% | 103 |
| Masculino | 39,41% | 67 |
| Total | | 170 |

Tabela 06 – Pergunta P03: Idade dos respondentes

| | Proporção | Frequência |
|-----------------|-----------|------------|
| De 14 a 20 anos | 31,76% | 54 |
| De 21 a 30 anos | 51,18% | 87 |
| De 31 a 40 anos | 4,71% | 8 |
| De 41 a 50 anos | 6,47% | 11 |
| De 51 a 60 anos | 5,29% | 9 |
| 61 anos ou mais | 0,59% | 1 |
| Total | | 170 |

Tabela 07 – Pergunta P04: Renda familiar dos respondentes

| | Proporção | Frequência |
|---|-----------|------------|
| Menos de 1 (um) salário mínimo | 2,35% | 4 |
| Entre 1 (um) e 5 (cinco) salários mínimos | 18,82% | 32 |
| Entre 5 (cinco) e 10 (dez) salários mínimos | 24,12% | 41 |
| Entre 10 (dez) e 15 (quinze) salários mínimos | 25,29% | 43 |
| Entre 15 (quinze) e 20 (vinte) salários mínimos | 12,35% | 21 |
| Mais de 20 salários mínimos | 17,06% | 29 |
| Total | | 170 |

Tabela 08 – Pergunta P05: Se o respondente trabalha

| | Proporção | Frequência |
|-------|-----------|------------|
| SIM | 61,18% | 104 |
| NÃO | 38,82% | 66 |
| Total | | 170 |

II. BLOCO: PERFIL POLÍTICO E PARTICIPATIVO ANTES DAS MANIFESTAÇÕES

Tabela 09 – Pergunta P06: Participação dos respondentes em protestos e manifestações antes das manifestações de 2013

| | Proporção | Frequência |
|-------|-----------|------------|
| SIM | 47,06% | 80 |
| NÃO | 52,94% | 90 |
| Total | | 170 |

Tabela 10 – Pergunta P07: Participação dos respondentes em movimentos organizados antes das manifestações de 2013

| | Proporção | Frequência |
|-------|-----------|------------|
| SIM | 17,65% | 30 |
| NÃO | 82,35% | 140 |
| Total | | 170 |

Tabela 11 – Pergunta P08: Participação dos respondentes em assembleias, ocupações, acampamentos e similares antes das manifestações de 2013

| | Proporção | Frequência |
|-------|-----------|------------|
| SIM | 22,94% | 39 |
| NÃO | 77,06% | 131 |
| Total | | 170 |

III. BLOCO: PERFIL POLÍTICO E PARTICIPATIVO DEPOIS DAS MANIFESTAÇÕES

Tabela 12 – Pergunta P09: Participação dos respondentes em movimentos organizados depois das manifestações de 2013

| | Proporção | Frequência |
|-------|-----------|------------|
| SIM | 13,53% | 23 |
| NÃO | 86,47% | 147 |
| Total | | 170 |

Tabela 13 – Pergunta P10: Participação dos respondentes em protestos e manifestações depois das manifestações de 2013

| | Proporção | Frequência |
|-------|-----------|------------|
| SIM | 21,76% | 37 |
| NÃO | 78,24% | 133 |
| Total | | 170 |

Tabela 14 – Pergunta P11: Participação dos respondentes em assembleias, ocupações, acampamento e similares depois das manifestações de 2013

| | Proporção | Frequência |
|-------|-----------|------------|
| SIM | 14,12% | 24 |
| NÃO | 85,88% | 146 |
| Total | | 170 |

Tabela 15 – Pergunta: P12: Convite para participação de assembleias que desse continuidade às demandas das manifestações de 2013

| | Proporção | Frequência |
|-------|-----------|------------|
| SIM | 31,76% | 54 |
| NÃO | 68,24% | 116 |
| Total | | 170 |

Tabela 16 – Pergunta P13: Continuidade em movimentos organizados caso o respondente tenha começado a participar de algum depois das manifestações de 2013

| | Proporção | Frequência |
|-------|-----------|------------|
| SIM | 12,35% | 21 |
| NÃO | 87,65% | 149 |
| Total | | 170 |

Tabela 17 – Pergunta P14: Crença dos respondentes nos possíveis efeitos das manifestações para a política e/ou governo

| | Proporção | Frequência |
|---------|-----------|------------|
| SIM | 41,76% | 71 |
| NÃO | 47,65% | 81 |
| Não sei | 10,59% | 18 |
| Total | | 170 |

Tabela 18 – Pergunta P15: Participação na vida política do país dos respondentes depois das manifestações

| | Proporção | Frequência |
|-------|-----------|------------|
| SIM | 59,41% | 101 |
| NÃO | 40,59% | 69 |
| Total | | 170 |

IV. BLOCO: OPINIÃO E UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE PARTICIPAÇÃO ONLINE

Tabela 19 – Pergunta P16: Se o respondente acha que o voto é o meio mais importante de participação política

| | Proporção | Frequência |
|--------------|-----------|------------|
| SIM | 48,82% | 83 |
| NÃO | 47,85% | 81 |
| Não Sei | 3,53% | 6 |
| Total | | 170 |

Tabela 20 – Pergunta P17: Se o respondente acha que os atos de curtir, compartilhar, comentar ou escrever nas redes sociais virtuais é uma forma de participação política

| | Proporção | Frequência |
|--------------|-----------|------------|
| SIM | 71,76% | 122 |
| NÃO | 24,12% | 41 |
| Não Sei | 4,12% | 7 |
| Total | | 170 |

Tabela 21 – Pergunta P18: Opinião dos respondentes quanto à importância das redes sociais virtuais para a participação política

| | Discordo totalmente | Discordo | Nem discordo, nem concordo | Concordo | Concordo plenamente | Total | Avaliação média |
|------------|---------------------|----------|----------------------------|----------|---------------------|-------|-----------------|
| Proporção | 2,35% | 4,71% | 15,29% | 52,35% | 25,29% | 170 | 3,94 |
| Frequência | 4 | 8 | 26 | 89 | 43 | | |

Tabela 22 – Pergunta P19: Utilização da internet pelos respondentes depois das manifestações de 2013

| | Proporção | Frequência |
|--------------|-----------|------------|
| SIM | 38,82% | 66 |
| NÃO | 57,06% | 97 |
| Não Sei | 4,12% | 7 |
| Total | | 170 |

Tabela 23 – Pergunta P20: Se o responde acha que deveriam existir outras formas de participação política além do voto

| | Proporção | Frequência |
|--------------|-----------|------------|
| SIM | 90,59% | 154 |
| NÃO | 5,29% | 9 |
| Não sei | 4,12% | 7 |
| Total | | 170 |

Tabela 24 – Pergunta P21: Se o respondente se considera politicamente engajado

| | Proporção | Frequência |
|--------------|-----------|------------|
| SIM | 30,59% | 52 |
| NÃO | 60,59% | 103 |
| Não Sei | 8,82% | 15 |
| Total | | 170 |

Tabela 25 – Pergunta P22: Se o respondente acredita que os governantes/representantes são os principais responsáveis pelas mudanças no país

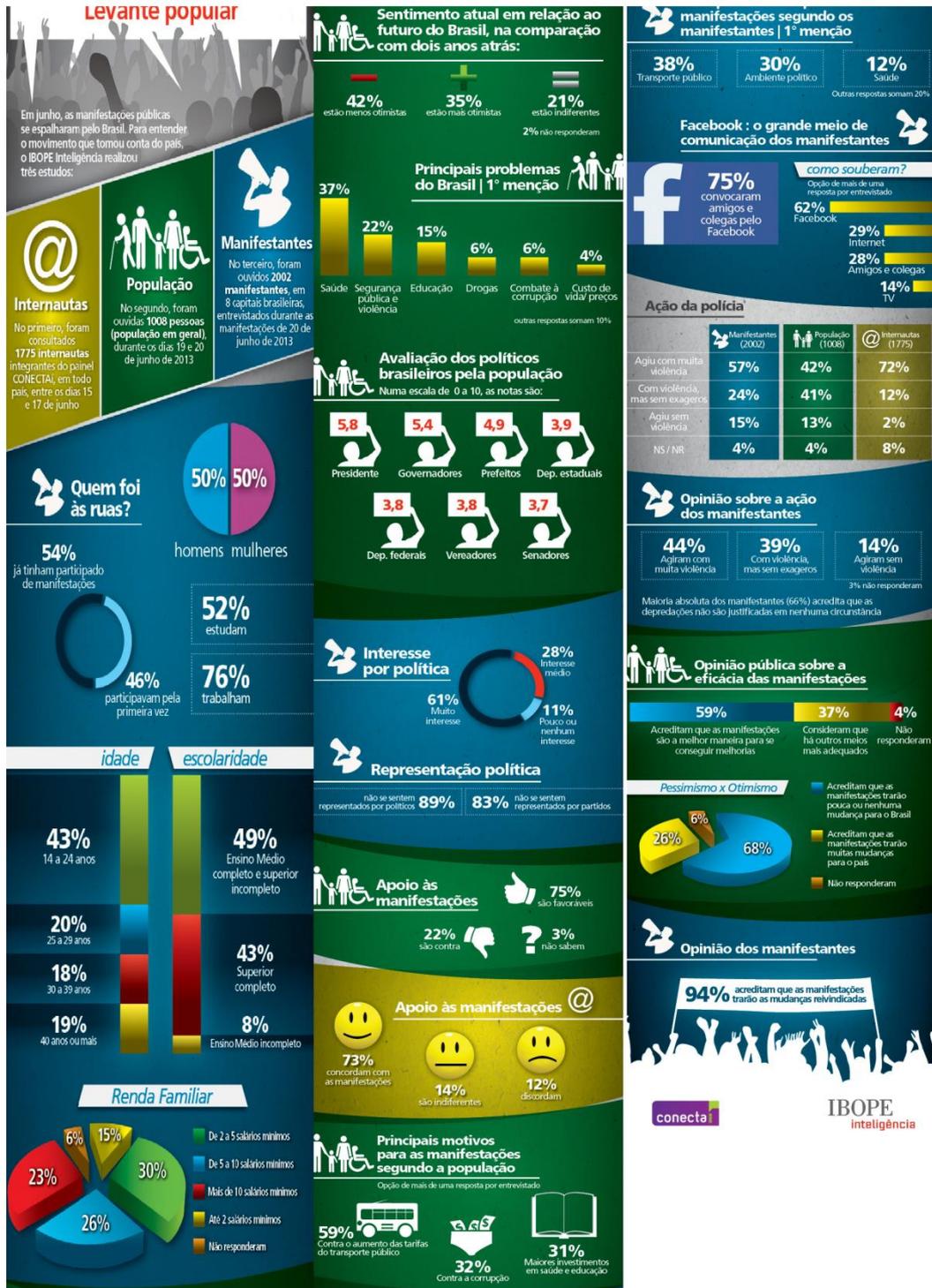
| | Proporção | Frequência |
|--------------|-----------|------------|
| SIM | 27,06% | 46 |
| NÃO | 67,65% | 115 |
| Não Sei | 5,29% | 9 |
| Total | | 170 |

Tabela 26 – Pergunta P23: Se o respondente faz algo pelos seus direitos como cidadão

| | Proporção | Frequência |
|--------------|-----------|------------|
| SIM | 40,00% | 68 |
| NÃO | 60,00% | 102 |
| Total | | 170 |

ANEXO 3

Imagem 4 – Pesquisa Ibope “Levante Popular”



Fonte: IBOPE

ANEXO 4

Imagem 05 – Pesquisa G1 “Resultado das manifestações” de Junho



Fonte: G1